



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

JÚLIA KÁTIA BORGNETH PETRUS



**CAPITAL SOCIAL COMO SUSTENTÁCULO  
PARA O DESENVOLVIMENTO  
O Caso do Distrito de Cachoeira - Maranguape - Ceará**

Fortaleza – CE

2005

JÚLIA KÁTIA BORGNETH PETRUS

**CAPITAL SOCIAL COMO SUSTENTÁCULO  
PARA O DESENVOLVIMENTO**

**O Caso do Distrito de Cachoeira – Maranguape - Ceará**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Rural.

Orientador: Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula, Ph.D

A70720

Petrus, Júlia Kátia Borgneth  
Capítulo social como sustentáculo para o desenvolvimento – O caso do Distrito de Cachoeira – Maranguape - Ceará / Júlia Kátia Borgneth Petrus - Fortaleza 2005. 108p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Rural, Fortaleza, 2005.

1. Capital social 2. Desenvolvimento sustentável 3. Comunidade 4. Maranguape (Ceará) 5. Cachoeira (Ceará)

GDD 330

138410400  
917  
50 50  
D  
330  
P595c  
ex.02

BIBLIOTECA  
Departamento de Economia Rural  
UFCE-CCA

Fortaleza – CE

2005

**JÚLIA KÁTIA BORGNETH PETRUS**

**CAPITAL SOCIAL COMO SUSTENTÁCULO PARA O  
DESENVOLVIMENTO**

**O Caso do Distrito de Cachoeira – Maranguape – Ceará**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Rural.

Aprovada em 28 de abril 2005.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula, Ph.D.(Orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Ahmad Saeed Khan, Ph.D.  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Paulo Roberto Fontes Barquete, Dr.  
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA



## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a DEUS, pois jamais teria conseguido sem que ELE quisesse e estivesse a minha frente me orientando e iluminando e por ter me conduzido com saúde e paz, para que eu pudesse com todas as dificuldades atingir o meu objetivo.

Ao meu pai João Petrus, pelo aprendizado de vida, por ser este homem bondoso e de uma tremenda fé. À minha mãe Miná pelo amor e dedicação.

À minha filha Patrícia, pela compreensão de minha ausência em momentos de grandes necessidades e importância em sua vida. Ao meu filho Magno Junior, pelo amor, pelo companheirismo, pela compreensão e pela carinhosa cooperação na tabulação e conferência dos dados. Ao meu genro Ricardo, por acreditar em mim e ao meu bebê Davi (meu netinho), uma dádiva de Deus.

Ao meu irmão João Neto, pelo exemplo de perseverança, paciência e resignação, além de ser um lutador vencedor.

À minha irmã Ana Amélia, pela sua bondade e disponibilidade em ajudar. E a minha irmã Miná do Socorro, que, diante das suas muitas dificuldades, mantêm-se com fé.

À minha prima Ana Maria (*in memoriam*), pelo maior exemplo que já senti, mesmo diante da maior dificuldade existente a um ser humano; foi uma guerreira que nunca desistiu.

Ao professor doutor Luiz Antônio Maciel de Paula, pela boa orientação e críticas construtivas, pelos questionamentos e por sua polidez e tranqüilidade, e ainda pelo fato de respeitar e compreender o meu tempo.

Ao professor doutor Ahmad Saeed Khan, pelas suas preciosas informações, sugestões e, principalmente, pela sua disponibilidade e compreensão.

Ao Dr. Paulo Roberto Barquete, pela sua disponibilidade em aceitar o convite, pelas boas sugestões e pelo apoio.

Aos demais professores do Curso de Mestrado em Economia Rural, pelos importantes conhecimentos transmitidos e convivência agradável, em destaque, o professor doutor Luís Artur, pela sua ajuda quando da minha chegada, e à professora doutora Rosemeiry pela educação, bondade e por nunca medir esforços em ajudar.

Aos funcionários Mônica, Ricardo, Dermivan, Margareth, Joãozinho, Conceição e Dona Valda, do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do



Ceará, pelo apoio e convívio afável durante o curso, em especial ao Brian, pela sua disponibilidade e generosidade.

A Galdino, por não medir esforços em me ajudar nestes momentos finais.

Aos meus colegas do curso, pois reconheço que sem a força que se edificou entre nós, e que foi um milagre de Deus, para que pudéssemos nos ajudar e nos apoiar uns nos outros sem desistir e chegarmos na reta final e hoje conseguindo terminar mais uma etapa em nossas vidas, posso dizer a Araguacy, a Etevaldo e em especial a Miguel que os considero meus verdadeiros amigos, onde quer que possamos estar, que este elo jamais se quebre.

A Alvina, pela sua ajuda quando da minha chegada aqui; Franzé, pelas suas dicas.

Aos meus amigos e sócios da ONG CULTIVAR pela amizade e convivência agradabilíssima. Em destaque, Ana Margarida, pela sua inteligência, integridade e incentivo; Ana Lea, pela sua amizade, carinho e apoio; ao prof. Tetsuo, pela sua valiosa colaboração, pela sua disponibilidade e preciosa amizade.

A minha amiga Gizeuda, pela sinceridade, confiança e pela valiosa colaboração.

A minha amiga Feitosa, por ser minha irmã na fé, por esta ao meu lado em oração nos momentos alegres e tristes.

À Aparecida, por sua alegria contagiante e sua amizade de longos anos, desde a graduação.

À Graça Timbó, líder comunitária do Distrito de Cachoeira, que abriu todas as portas para que esta pesquisa se concretizasse, pelo seu apoio e aconchego.

À Prefeitura de Maranguape pelo apoio financeiro, em especial à Virgínia e Flávia.

Aos voluntários Zaqueu, Francisco Flávio, Dheyne, Evanilza e Francisco Wellington, que ajudaram na coleta de informações na comunidade de Cachoeira, com responsabilidade, precisão, disponibilidade e alegria.

Enfim, a todos os comunitários entrevistados do Distrito de Cachoeira, pela educação, compreensão e cooperação para que este trabalho se realizasse.

**MEU MUITO OBRIGADA**



**“Um sonho que se sonha só pode ser pura  
ilusão. Sonho que se sonha junto é sinal de  
salvação, por isso vamos companheiro sonhar  
ligeiro, sonhar em mutirão”.**

**Autor desconhecido**

**"Ninguém liberta ninguém,  
ninguém liberta sozinho, os  
homens se libertam em  
comunhão".**

**Paulo Freire**



## RESUMO

Analisou-se a importância do Capital Social para o Desenvolvimento Sustentável no Distrito de Cachoeira, localizado no Município de Maranguape – Ceará. Para a autora, o fortalecimento do Capital Social é o caminho mais rápido e mais eficaz para que, principalmente, as pequenas e carentes comunidades se desenvolvam social e economicamente, de forma equitativa. Procurou-se avaliar a característica sociocultural e econômica de Cachoeira, mediante as variáveis, como idade, sexo, escolaridade, situação ocupacional, condições salubres, para que se possa fazer uma análise mais minuciosa dos demais índices. A análise deste estudo foi feita com base na construção do Índice de Capital Social (ICS) e Índice de Condição Humana (ICH) que possibilitaram estabelecer a correlação entre estes dois importantes indicadores de desenvolvimento. Os indicadores contemplados pelo ICS foram participação social, confiança individual, confiança política e valores. Quanto ao ICH, os indicadores que o compõem foram os mesmos do IDH, renda *per capita*, educação e longevidade, com alguma diferença na variável que forma o indicador educação. No desenvolver deste trabalho, comprova-se a relação entre o ICS e ICH. A amostra estudada, foco deste estudo, retrata de forma diagnóstica os laços sociais e as condições de vida dos sujeitos que vivem a realidade local. Os resultados alcançados para os índices de ICS e ICH foram classificados como médio, portanto constatou-se que existe capital social na comunidade pesquisada e que este tem correlação positiva com o ICH, ou seja, quanto mais organizados e fortalecidos em prol do coletivo, mais estarão desenvolvidos sustentavelmente. Percebe-se também que a referida comunidade, mesmo com um certo capital social, ainda não a utiliza para se sustentar economicamente de forma digna, portanto a preocupação que fica é como a comunidade de Cachoeira pode tirar vantagem do Capital Social existente para a sua sustentabilidade?

## ABSTRACT

We analysed the relevance of Social Capital to sustainable development in Cachoeira district, placed in Maranguape town - Ceará. To the author social capital's strengthening is the faster and more effective way to the social and economical growth of poor and small communities, equitably. We searched to assess economical and sociocultural features of Cachoeira through variables as age, gender, scholarity, occupational situation and health conditions, in order to proceed to a more detailed analysis of the other indexes. This study's analysis is based on the Social Capital Index (SCI) and Human Condition Index (HCI) building, which provided to establish the correlation between these two important development indicators. The indexes contemplated by SCI were social participation, individual trust, political trust and values. With respect to HCI, the indicators were the same as HDI (Human Development Index), *per capita* income, education and longevity, with some differences on the variable which forms educational indicator. This research proves the relation between SCI and HCI. The results obtained to the SCI and HCI indexes were classified as average, so we verify that social capital exists in the analysed community and this has a positive correlation with HCI, that is to say, the more organised and the strongest to the collective cause the more sustained developed. We realize also that the community, even with a deal of social capital, does not use it to sustain itself with dignity yet, so the concerning is: how Cachoeira community can enjoy any advantage of existing social capital to its own sustainability?



## LISTA DE TABELAS

TABELA		Página
1	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo a faixa etária .....	54
2	Freqüência absoluta e relativa dos outros membros da família segundo a faixa etária .....	54
3	Freqüência absoluta e relativa das famílias segundo a faixa etária.....	55
4	Freqüência absoluta e relativa das famílias pesquisadas segundo o sexo .....	56
5	Freqüência absoluta e relativa dos chefes de família segundo Idade e sexo.....	56
6	Freqüência absoluta e relativa dos chefes de família segundo o grau de instrução.....	58
7	Freqüência absoluta e relativa dos chefes de família segundo a situação ocupacional .....	59
8	Freqüência absoluta e relativa dos companheiros segundo a situação ocupacional.....	59
9	Freqüência absoluta e relativa das famílias segundo renda <i>per capita</i> .....	62
10	Freqüência absoluta e relativa das famílias segundo as condições de moradia .....	64
11	Freqüência absoluta e relativa das famílias segundo as condições sanitárias .....	65
12	Freqüência absoluta e relativa das famílias segundo o acesso a bens duráveis .....	67
13	Nível de satisfação de condições de moradia, condições sanitárias e acesso a bens duráveis das famílias pesquisadas.....	67
14	Freqüência absoluta e relativa das famílias que participam de atividades comunitárias .....	69
15	Freqüência absoluta e relativa das famílias que participam das reuniões de grupo .....	69
16	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo o número de amigos.....	70
17	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo o grau de amizade verdadeira.....	70



## TABELA

## Página

18	Freqüência absoluta e relativa das famílias segundo a contribuição com tempo e dinheiro para um projeto que venha beneficiar a comunidade .....	74
19	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo o que pensam sobre o grau de preocupação do prefeito e vereadores com a comunidade.....	78
20	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo as características mais importantes em um candidato para que conquiste o voto da comunidade de Cachoeira.....	80
21	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo o que é mais importante num aprendizado de vida.....	83
22	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo quem tem mais prestígio para a comunidade.....	84
23	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo o porquê de haver gente pobre no Brasil.....	85
24	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo o grau de importância de valores.....	86
25	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo o grau de felicidade.....	86
26	Contribuição dos indicadores para o índice de capital social.....	88
27	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo o nível de satisfação da renda.....	90
28	Comparativo de indicadores de renda.....	91
29	Freqüência absoluta e relativa dos entrevistados segundo o nível de satisfação de educação.....	93
30	Freqüência absoluta e relativa de óbitos segundo as idades.....	95
31	Freqüência absoluta e relativa dos motivos de óbitos dos familiares dos entrevistados.....	95
32	Comparativo de indicadores de longevidade.....	96
33	Contribuição dos indicadores para o índice de condição humana .....	97
34	Percentual de renda apropriada por domicílio.....	100

## LISTA DE FIGURAS

FIGURAS		Página
1	Mapa de localização da área de estudo.....	38
2	Distribuição relativa dos agricultores chefes de família segundo o grau de instrução.....	60
3	Distribuição relativa dos agricultores chefes de família segundo a faixa etária.....	61
4	Distribuição relativa dos entrevistados em relação à confiança nas pessoas da comunidade.....	73
5	Distribuição relativa dos entrevistados segundo a preocupação das pessoas em ajudar a comunidade.....	73
6	Distribuição relativa dos entrevistados quanto ao pensamento das pessoas da comunidade em relação a primeiro tomar conta do que é seu para depois ajudar os outros.....	75
7	Distribuição relativa dos entrevistados em relação se as pessoas da comunidade emprestariam dinheiro.....	76
8	Distribuição relativa dos entrevistados segundo o grau de interesse político.....	77
9	Distribuição relativa dos entrevistados segundo o grau de confiança nos políticos do Município.....	78
10	Distribuição relativa dos entrevistados segundo o grau de confiança nas lideranças locais.....	79
11	Distribuição relativa dos entrevistados segundo se a comunidade já sofreu perseguição política.....	81
12	Comparativo dos índices.....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS

CE	Ceará
FA	Frequência absoluta
FR	Frequência relativa
RF	Renda Familiar
HDR	Human Development Report
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICH	Índice de Condição Humana
ICS	Índice de Capital Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONU	Organização das Nações Humanas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QI-MCS	Questionário Integrado para Medir Capital Social
UFC	Universidade Federal do Ceará



## SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1 Considerações gerais.....	17
1.2 O problema e sua importância.....	19
1.3 Objetivos.....	23
1.3.1 Objetivo geral.....	23
1.3.2 Objetivos específicos.....	23
<b>2 MODELO CONCEITUAL.....</b>	<b>24</b>
2.1 O que é desenvolvimento sustentável?.....	24
2.2 Por que sujeitos sociais?.....	26
2.3 O que é capital social?.....	27
2.4 O que está dando certo de capital social?.....	31
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>36</b>
3.1 Área de estudo.....	36
3.2 População e amostra.....	39
3.3 Fonte de dados.....	39
3.4 Método de análise.....	40
3.4.1 Método tabular e método gráfico.....	40
3.5 Características sociocultural e econômica da comunidade de Cachoeira.....	41
3.6 Índice de Capital Social – ICS	41
3.6.1 Definição das variáveis utilizadas no cálculo do Índice de Capital Social.....	43
3.7 Índice de Condição Humana – ICH.....	47
3.7.1 Definição das variáveis utilizadas no cálculo do Índice de Condição Humana.....	49

3.7.2 Cálculo do Índice de Condição Humana.....	51
<b>3.8 Correlação entre o ICS e ICH.....</b>	<b>52</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>4.1 Características socioculturais e econômicas das famílias estudadas na comunidade do Distrito de Cachoeira, no Município de Maranguape-CE.....</b>	<b>53</b>
4.1.1 Faixa etária.....	53
4.1.2 Sexo.....	55
4.1.3 Tamanho e composição familiar.....	56
4.1.4 Escolaridade.....	57
4.1.5 Situação ocupacional.....	58
4.1.6 Aspecto econômico.....	61
4.1.7 Condições de moradia.....	63
4.1.8 Condições sanitárias.....	65
4.1.9 Acesso a bens duráveis.....	66
<b>4.2 Análise de capital social.....</b>	<b>68</b>
4.2.1 Indicador de participação social – <i>lps</i> .....	68
4.2.2 Indicador de confiança individual – <i>lci</i> .....	72
4.2.3 Indicador de confiança política – <i>lcp</i> .....	76
4.2.4 Indicador de valores – <i>lv</i> .....	82
4.2.5 Índice de Capital Social.....	87
<b>4.3 Análise de condição de humana.....</b>	<b>89</b>
4.3.1 Indicador de renda – <i>lr</i> .....	90
4.3.2 Indicador de educação – <i>le</i> .....	92
4.3.3 Indicador de longevidade – <i>ll</i> .....	94
4.3.4 Índice de Condição Humana.....	97
<b>4.4 Análise da correlação do ICS e ICH.....</b>	<b>100</b>
<b>5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....</b>	<b>102</b>
<b>6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>104</b>



## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Considerações Gerais

O pensamento econômico evoluiu de um período inicial, quando as preocupações centrais dos estudiosos concentravam-se na investigação das leis gerais que regem as relações de produção, o processo de acumulação e apropriação da riqueza, para um outro período em que predominam os esforços de explicar todos os fenômenos sociais a partir de determinadas equações de comportamento que tomam como pressuposto fundamental as leis de mercado.

Essa estrutura conceitual é hegemônica há muito tempo e permanece até os dias de hoje, o que impõe uma séria dificuldade para apreensão e compreensão de determinados fenômenos econômicos e sociais que não podem ser explicados dentro do limitado paradigma da teoria econômica predominante. É o caso, por exemplo, dos impactos das atividades econômicas sobre o meio ambiente e o seu não desprezível efeito sobre a qualidade de vida das pessoas.

Em períodos mais recentes, vem sendo observado o esforço de alguns estudiosos no sentido de superar essas limitações com a produção de reflexões críticas sobre as limitações dos modelos econômicos tradicionais e a crescente introdução de novas variáveis e de adaptações nos modelos econômicos. Procura-se alcançar respostas mais consistentes para o problema cada vez mais relevante de se mensurar os impactos de determinadas decisões econômicas sobre o meio ambiente e as condições de vida das pessoas, de modo a apresentar soluções de políticas públicas em geral e orientações para decisões específicas.

O progresso dessa nova abordagem do desenvolvimento é acompanhado mediante a criação e recriação de novas categorias de análise, as quais são temas de debates e reflexões no âmbito político-econômico, social e, principalmente, científico, com o intuito de formular conceitos para explicar a realidade e a nova concepção de desenvolvimento humano, social e local, o que é chamado hoje de desenvolvimento sustentável. Apesar disso, quando se refere ao desenvolvimento contemporâneo, já se subentende que deve ser sustentado, procurando assegurar a médio e longo prazo a permanência e a continuidade por uma economia equitativa, surgindo um novo paradigma chamado paradigma social que, segundo Kuhn (apud CAPRA 1996, p.24), é



uma constelação de concepções, de valores, de percepção e de prática compartilhada por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular a uma realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza.

Uma das motivações deste trabalho é compreender estas concepções, valores, percepções e práticas compartilhadas por uma comunidade, no âmbito da idéia da organização social, que é uma vertente, senão a mais importante, do desenvolvimento sustentável. Sua base é a participação do indivíduo como comunidade/sociedade, referindo-se ao envolvimento deste em várias redes informais e formais, desde as relações com a vizinhança até a filiação de um partido político. O capital social é visto como um conceito que caracteriza as várias maneiras de como os sujeitos interagem em sua comunidade.

Como já dizia Marx (1985), a emancipação humana só se completa quando o indivíduo tiver reconhecidos e organizados seus poderes sociais, de tal modo que não mais separe dele próprio esse poder social como poder político.

Este será o grande desafio: definir e investigar capital social, na dimensão mais ampla dessa nova abordagem do desenvolvimento, buscando mostrar a importância deste para o desenvolvimento de qualquer país; em questão, o Brasil, que é marcado por características peculiares, pois, além da vastidão do seu território e sua enorme população, possui uma das sociedades mais desiguais do mundo. Mesmo entre as economias em desenvolvimento, o Brasil destaca-se negativamente pelo quadro de exclusão social que apresenta. Isto é enfatizado internacionalmente pela própria ONU em seus últimos Relatórios de Desenvolvimento Humano (Human Development Report, HDR). Segundo dados do Banco Mundial, 44% dos pobres da América Latina se encontram no Brasil.

Dentre os estados brasileiros, o Ceará situa-se entre os mais carentes, detendo um percentual significativo de pobres da população brasileira. Segundo dados do Almanaque Terra e da Fundação Getúlio Vargas, de julho de 2001, com o título *Mapa da Miséria no Brasil*, o Ceará está em terceiro lugar no *ranking* dos indigentes/miseráveis, com um percentual de 55,73%, e grande parte deste contingente está localizado na zona rural.

Então, diante de investigação da realidade social, esta pesquisa agrega conhecimentos que, dentre muitas opções de desenvolvimento, a construção e reconstrução do Capital Social em comunidades rurais e periféricas deverá ser o



início para um desenvolvimento justo e eqüitativo. Por meio de uma pesquisa científica, pode-se contribuir para uma análise da influência do Capital Social no desenvolvimento sustentável.

## 1.2 O problema e sua importância

Comunidades nas quais a confiança e as regras de reciprocidade, ou seja, as relações horizontais, não são predominantes, mas que as relações verticais são dominantes, em que a desconfiança mútua e a corrupção são consideradas como normais, as pessoas se sentem impotentes e exploradas. O pior, porém, é que em muitas regiões o ser humano parece que se adaptou a essa condição, preferindo ficar esperando por uma cesta básica a se organizar civicamente. Assim, vai se perpetuando a miséria, com políticos corruptos sendo eleitos por este povo alienado, de fácil manipulação e sem capital humano e muito menos capital social.

Fatores adversos à formação de capital social são a desigualdade na distribuição da renda e de oportunidades, o desemprego e as catástrofes naturais que levam a migrações, desarticulando a rede de relações sociais existentes e exigindo dos indivíduos grandes esforços nas tentativas de reconstrução de uma rede de relações sociais de apoio e confiança. (RATTNER, 2002, p.03).

Amartya Sen (apud ABRAMOVAY, 1998, p.03) diz: “desenvolvimento é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas”. O capital social intensifica a capacidade de fazer escolhas. Quanto mais escolhas se faz, mais oportunidades se têm, e quanto mais oportunidades mais escolhas e mais liberdade “[...] não apenas, o direito de ir e vir, comprar e vender, amar e ser amado” ABRAMOVAY, 1998, p. 03), mas o direito de reivindicar seu direito de ter como viver, viver feliz.

Robert Putnam, um dos pioneiros estudiosos do capital social, fez pesquisa na Itália, onde ele prova que o norte daquele país é mais desenvolvido economicamente do que o sul. O norte da Itália tem capital social, inclusive herdado dos antepassados, e sua cadeia de relações, confiança, cooperação, participação e de normas intrínsecas, como a reciprocidade, constitui os pilares de sustentação

desta região, onde o governo representa de verdade o seu povo. Contradizendo, observam-se algumas teorias que se opõem, como:

sustenta que os pequenos grupos de interesse não têm nenhum motivo para trabalhar pelo bem comum da sociedade e todos os motivos para engajar-se em atividades especulativas onerosas e ineficientes. Pior ainda, não havendo invasão ou mudança revolucionária, os grupos de interesse existentes numa sociedade tornam-se cada vez mais numerosos, sufocando a inovação e entretendo o crescimento econômico. Sociedade forte, economia frágil (PUTNAM, 1996, p.185).

Pensando assim é que alguns políticos brasileiros preferem pessoas que sejam de fácil manipulação, que chegam até a vender seu voto. Estes políticos não representam a vontade das pessoas que o elegeram, mas sim, representam, exclusivamente, a própria vontade e a dos seus. De acordo com Toquville (apud PUTNAM, 1996, p.191),

diante de uma sociedade civil vigorosa o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer, em contrapartida os cidadãos das comunidades fortalecidas pelo capital social querem um bom governo e conseguem tê-lo.

Então, como conseqüência da falta de um capital social, pode-se dizer: "Já os cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados" (PUTNAM, 1996, p.191).

É assim, principalmente no Nordeste do Brasil, onde predomina a submissão, quando há dilemas no coletivo. Aproveitando-se destes dilemas, o governo corrige-os, usando a coerção, a exploração e a dependência. E isto leva a um profundo atraso, um afundamento cada vez maior da economia. Parece que os governantes preferem que o povo se torne cada vez mais explorado e conseqüentemente dependente "suplicantes cínicos e alienados"<sup>1</sup>, mesmo sabendo que este estado desestabiliza a economia de uma região, no caso o Nordeste.

Apesar disso as elites políticas, segundo Abramovay (1998, p.06),

<sup>1</sup> Expressão usada por Putnam (1996 p.191), para pessoas de região sem a cultura da reciprocidade, quando estas se acostumam às relações de cima para baixo, a relações de dependência ao outro que tem uma posição "superior" na sociedade.



não têm o poder, sozinhas, de criar capital social, mas elas podem bloquear sistematicamente sua acumulação [...], mas é claro que ali onde estes laços de confiança são sistematicamente sabotados por elites corruptas, os indivíduos terão menores incentivos a dedicar energias à construção de redes permanentes de interação. Na prática, quando os indivíduos sentem não só que o poder é corrupto, mas que não existem alternativas ao desmando, será evidentemente maior a propensão a submeter-se verticalmente a estes poderes e a renunciar ao investimento em redes horizontais de cooperação, que são a base do capital social.

Os danos ocorridos em uma comunidade sem a cultura da organização social, sem a preocupação com o todo, ou seja, com a comunidade, pode levar a um descaso cada vez maior da sua economia, levando à dependência e conseqüentemente à não sustentabilidade, construindo um aglomerado de pessoas cada vez mais pobres.

Tem-se observado, lido e estudado sobre a consciência da importância do capital social e, depois, a criação do próprio capital social pode ser o caminho mais rápido e eficaz no desenvolvimento do País. Segundo Franco (2001, p. 52):

Explorando o que se denominou de 'Capital Social' descobre-se que ele se refere à capacidade das pessoas de uma dada sociedade:

- a) de subordinar interesses individuais aos de grupos maiores;
- b) de trabalhar juntas visando a objetivos comuns ou a benefício-mútuo;
- c) de se associar umas nas outras e formar novas associações;
- d) de compartilhar valores e normas:
  - i. para formar grupos e organizações estáveis, e
  - ii. para constituir, compartilhar a gestão e, em suma, viver em comunidade.

Todos os seres humanos têm esta capacidade, e sabe-se que, se estão organizados, é bem mais fácil de ter concretizados os seus sonhos, desde que sejam coletivos, como uma rua asfaltada, água encanada, luz elétrica, a venda dos seus produtos agrícolas. Então, por que não se fortalecem através do capital social?

É mais fácil para o ser humano ficar acomodado (*laissez faire*)<sup>2</sup>, esperando que algo aconteça para sair do estado de miséria que se encontra, esperando em Deus, e muitas vezes acreditam que este estado é de uma vontade superior.

<sup>2</sup> Expressão da fisiocracia francesa que significa, "deixar fazer, deixar acontecer".

Ainda, sendo coniventes em algumas situações como: não “olhando” coisas que são corruptas pelo medo de sofrer coações, ou mesmo poder tirar proveito “daquela condição”. Como exemplo: “não falo que meu chefe tirou uma determinada quantia da associação em benefício próprio. Se eu falar posso perder minhas regalias ou ser constrangido”. Este exemplo mostra que o interesse individual predomina sobre o interesse coletivo, como também o medo que têm por se sentirem “inferiores”<sup>3</sup>.

Esta é uma questão cultural e histórica. Como corrigir esta deficiência de caráter de uma comunidade ou região que não tem o hábito da cooperação mútua? Segundo Abramovay (1998 p.11):

a institucionalidade do capital social comunitário pode surgir através de pelo menos quatro processos diferentes:

- a co-evolução das estratégias das pessoas;
- as decisões racionais e conscientes dos indivíduos que compõem uma comunidade;
- a socialização das normas relevantes de uma cultura na infância, ou
- pode ser induzida por uma agência externa que aplica uma metodologia de intervenção que visa o desenvolvimento de capacidade de gestão comunitária.

Destes instrumentos, o que pode ter influência externa é a criação do capital social por meio de agentes externos, com múltiplas metodologias, onde a capacitação é fundamental, como também são indispensáveis oficinas<sup>4</sup> para desenvolver a cooperação mútua.

O capital social está intimamente ligado ao aprendizado interativo, coletivo, e à cooperação. Pode-se dizer que capital social é um ato conjunto de compromisso entre grupos de uma comunidade, em que a omissão dá lugar à participação, a preguiça cede vez à cooperação, o desacato substitui o respeito, o individualismo sucede a solidariedade, e a pobreza rende o desenvolvimento sustentável, com substancial melhoria da qualidade de vida das pessoas; ou seja, é o próprio conceito de desenvolvimento sustentável, em uma dimensão holística.

<sup>3</sup> “Inferiores” neste contexto é se sentirem inferiores pelo seu estado de pobreza tanto material como intelectual.

<sup>4</sup> Oficinas, no contexto educacional, é uma metodologia de trabalho onde se constroem os objetivos propostos (sujeitos sociais da realidade local e facilitador do processo).



Diante do que foi aqui exposto, com base em uma revisão de literatura, que será descrita no próximo capítulo, identifica-se como relevante o estudo sobre a interferência do capital social no desenvolvimento sustentável.

### 1.3 Objetivos

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Investigar a influência do capital social na sustentabilidade do desenvolvimento na comunidade do Distrito de Cachoeira, no Município de Maranguape – Ceará - Brasil.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Estudar as características socioculturais e econômicas das famílias da comunidade de Distrito de Cachoeira, no Município de Maranguape;
- b) aferir o Índice de Capital Social mediante dos indicadores participação social, confiança individual, confiança política e valores;
- c) medir o Índice de Condição Humana por meio os indicadores renda *per capita*, educação e longevidade; e
- d) analisar a correlação entre o Índice de Capital Social e o Índice de Condição Humana.



## 2 MODELO CONCEITUAL

### 2.1 O que é Desenvolvimento Sustentável?

Em 1987, a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundland, lançou o Relatório *Our Common Future* ou Relatório Brundtland, como ficou conhecido, no qual era apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável - "aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades". Mais do que um conceito, a idéia de desenvolvimento sustentável implicava a mudança de paradigma, pois o desenvolvimento econômico, para ter efetividade, deve ser analisado por diversas ópticas, tendo como base o tripé justiça social, sustentabilidade ambiental e eficiência econômica.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável aparece como contraposição aos modelos de desenvolvimento implementados até então, especialmente nos países em desenvolvimento, onde tais modelos consideravam principalmente o crescimento econômico e caracterizavam-se pelos fortes impactos negativos na sociedade e no meio ambiente.

Segundo Hauwermeinen (*apud* MÜLLER, 1998), alcançar o desenvolvimento sustentável significa muito mais que o simples crescimento do *capital econômico* (máquinas, matérias-primas, finanças). Na verdade, significa considerar também outras dimensões do desenvolvimento, como o *capital humano*: os conhecimentos técnicos e gerenciais e sua disseminação através da educação; o *capital natural* está consciente de que os recursos naturais são finitos; obviamente, o *capital social*, em que a construção de base consolida a cidadania, pois somente a partir da consciência social é que se constitui comunidades baseadas na reciprocidade mútua, solidariedade entre as pessoas, onde o tecido social é fortalecido pelas relações pessoais, pela confiabilidade, pelo companheirismo, assim legitimando as ações coletivas locais.

Pode-se dizer que se está engatinhando, que se tem muita vontade de ação, mas uma longa estrada a caminhar. A questão é tão séria quando se fala da pobreza mundial, que números mostram que "20% das pessoas mais ricas do mundo



ganham 75 vezes mais que os 20% mais pobres” (TRAINER, 1991, p. 51). Este índice assustador, além de observar que a degradação do meio ambiente é feita pelos ricos, vem ratificar a desigualdade entre os "iguais". E mais, os "10% mais ricos ficam com mais de 33% de toda a renda, enquanto que os 40% mais pobres recebem por volta de 15%" (TRAINER, 1991, p. 16).

As sociedades ditas modernas vêm, aos poucos, reconhecendo os problemas e conseqüências da busca incessante do crescimento econômico. O reconhecimento dos custos e impactos nos diversos grupos sociais e no meio ambiente, que anteriormente eram desprezados, pode representar uma oportunidade de integração dos diversos sujeitos sociais envolvidos na busca do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Jara (1998), a abordagem do desenvolvimento sustentável tem como meta a equidade, buscando produzir mudanças qualitativas nos relacionamentos que determinam a exclusão social e a desigualdade. Para ele, trata-se de construir uma vida social e política que dure e seja adequada ao ponto de induzir e motivar transformações, sendo necessário o reconhecimento da capacidade potencial das comunidades para avaliação de seus próprios problemas e necessidades, e assim conseguirem sua dependência.

Não se deve, no entanto, esquecer de que, para conseguir desenvolver estratégias de desenvolvimento sustentável, visando principalmente ao combate à pobreza, tem-se que ter como sustentáculo a organização social, para que, através desta, se possa usufruir de qualidade de vida, guiada pela comunidade, de acordo com suas necessidades e aspirações.

Jara (2001) destaca, ainda, que o pensamento do desenvolvimento sustentável necessita de uma visão sistêmica da realidade e questiona o diálogo entre sociedade civil e política, economia convencional e ecologia, o público e o privado, para se reportar à principal pergunta: como é o presente e como será o futuro?

O autor chama a atenção para o fato de a sustentabilidade não ser um problema puramente técnico, mas especialmente uma questão de informação e abertura política. Sendo assim, as formas de participação (local ou municipal) descentralizadas desempenham papel decisivo no estímulo ao desenvolvimento da sociedade.



Para que se consiga alcançar a democracia participativa, é imprescindível que os seguintes aspectos estejam presentes: de um lado as comunidades organizadas, informadas e educadas, com capacidade de expressar, influenciar e decidir o tipo de desenvolvimento que desejam, bem como acompanhar e avaliar as políticas e programas a serem implementados. De outra parte, é necessário o compromisso das autoridades com a população, ou seja, políticos que saibam lidar com o poder sem, no entanto, serem corrompidos por ele.

Bandeira (1999) ressalta que, nos últimos anos, uma nova abordagem vem sendo dada à questão do desenvolvimento, servindo de apoio às ações voltadas para o fortalecimento da sociedade civil, das instituições não governamentais, e servindo de estímulo às práticas participativas. Segundo o autor, o ponto crucial dessa análise é o conceito de capital social, que considera os fatores culturais essenciais no processo de desenvolvimento. Assim como o capital físico e o capital humano, o primeiro tipo de capital, juntamente com o terceiro, desempenham papel decisivo na explicação das diferenças entre países, regiões ou mesmo entre comunidades, quanto à prosperidade econômica. O capital físico é uma consequência destes dois capitais.

Percebe-se que falar de desenvolvimento sustentável envolve basicamente a preocupação com os recursos naturais e o capital social, sendo este último o capital social objeto de estudo deste trabalho.

## **2.2 Por que sujeitos sociais?**

Na análise de capital social, será abordada com frequência a expressão sujeitos sociais. Neste sentido, faz-se necessária uma justificativa da escolha da referida dicção, em vez de atores sociais, como muitos autores preferem.

Para compreender sujeitos sociais, precisa-se perceber as organizações sociais como uma totalidade.

Dessa forma, o grupo não pode ser compreendido apenas como uma soma dos seus componentes. Os próprios indivíduos, quando estão em grupo, agem diferentemente do que agiriam se estivessem isolados [...] estabelece uma relação com este, como coletivo, como totalidade diferenciada. Uma relação tão importante que é capaz de condicionar o seu próprio comportamento. (ANZIEU Apud MATOS, 2003, p. 58).



Matos (2003: p.58) completa, explicando que sujeito social se constrói a partir dessa totalidade, ou seja, da capacidade de organização, "com o sentimento de inclusão, que se caracteriza pelo uso da primeira pessoa do plural: nós".

Assim, optou-se por usar sujeitos sociais, na tentativa

de transformar "sujeitos sociais" em "cidadãos", ou seja, agentes capazes de empregar seus próprios recursos cognitivos e morais em forma deliberativas e inteligentes para solucionar problemas políticos de acordo com uma lógica de aprendizado coletivo, e lutando, conseqüentemente, para servir ao bem comum (OFFE apud FRANCO, 2005, p.3).

Além disso, atores sociais pode parecer representar algo que pode não ser real, enquanto que sujeito social representa a sua história. Portanto, a expressão atores sociais somente é utilizada neste trabalho, quando de citações de autores, fidelizando o texto.

### 2.3 O que é Capital Social?

Desde a década de 1990, muitos estudiosos têm pesquisado e escrito sobre capital social, este tão completo e complexo relacionamento, mas necessário para o desenvolvimento de qualquer País.

Afinal, o que é capital social? Para Putnam (1996, p.177), refere-se a "características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas".

Também Fukuyama (1996, p.21-22), inspirado em Coleman (1990), o primeiro a utilizar o conceito de capital social, define este tipo de capital como "a capacidade de as pessoas trabalharem em conjunto, em grupos e organizações que constituem a sociedade civil, para a prossecução de causas comuns". A questão central é a capacidade de união dos membros das diversas sociedades e comunidades, algo que "[...] depende do grau de partilha de normas e valores no seio de comunidades e da capacidade destas para subordinarem os interesses individuais aos interesses mais latos dos grupos" (FUKUYAMA, 1996, p.22), ou seja, depende fundamentalmente do grau de confiança dos membros de uma comunidade entre si. Nesses termos, pode-se afirmar que "a confiança nasce desta partilha de

valores, da aproximação e tem, um vasto imensurável valor econômico” (FUKUYAMA, 1996, p.22).

O Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) do Banco Mundial (2003, p. 6-7) distingue capital social em três dimensões:

capital social de “ligação” - laços entre os similares, no sentido de que compartilham características demográficas, tais como familiares, vizinhos, amigos e colegas de trabalho. Capital social de “ponte” – laços que ligam as pessoas que não compartilham muitas dessas características. [...] capital social de “conexão” – essa dimensão refere-se aos laços mantidos com as pessoas que detêm posições de autoridade, tais como representantes de instituições públicas (polícia, partidos políticos) e privadas (bancos).

Além disso, o documento faz algumas distinções quando diz que o “capital social de ponte é essencialmente horizontal e o capital de conexão é mais vertical, uma vez que conecta as pessoas a recursos políticos”, enfatizando também que não basta a presença destas instituições, mas também precisa haver a intensidade das relações sociais entre clientes e provedores. Quando o capital social de conexão é forte, honesto, justo, amigo, pode-se deixar de se preocupar com a corrupção.

Um baixo índice de capital social reflete na base econômica da comunidade, mas este deve caminhar conjuntamente com o capital humano (educação e capacitação), capital físico (insumos, financiamentos). Para Abu-El-Haj (1999, p.68), esses capitais interagem;

A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade. Em outras palavras, em duas ou mais comunidades em que o nível educacional das pessoas e os recursos materiais oferecidos são constantes, o que distingue o desempenho de seus membros é a confiança estabelecida, que permite mobilização coletiva e maximização dos recursos individuais existentes. A capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade (ou associação), facilitando a otimização do uso de recursos sócio-econômicos e humanos disponíveis.

Acrescenta-se ainda o capital natural, pois há a consciência de que o homem tem que se harmonizar com o meio ambiente, para assim garantir as regalias do hoje, no futuro.



Putnam (1996) define o capital social com os fatores básicos da formação da confiança, das normas e dos laços de relacionamentos; sem estes não se faz capital social. A confiança é essencial para se formar cadeias de relacionamentos. "[...] Pode-se muito bem afirmar que boa parte do atraso econômico no mundo se deve à falta de confiança" KENNETH ARROW (apud PUTNAM, 1996, p.180)

Putnam (1996, p.180) alerta: "A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega". Não se confia em alguém que não se conhece, ou se conhece apenas há alguns dias. Afirma-se que a confiança é conseguida a partir do seu comportamento. Se uma pessoa não é acreditada na comunidade, mas quer ser, esta deve provar, com atitudes, que mudou, e isso demanda tempo para demonstrar o passado, agora de credibilidade.

Outro fator imprescindível são as normas. Estas se fazem sem papel, pois estão internalizadas em cada um que mantém a rede de relações sociais fortalecidas. Como exemplo: cada pessoa, ou cada família que compõe uma comunidade tem um dia para varrer a praça. Aquele que não cumprir com este dever pode ser excluído do convívio com os outros, lhe faltará uma necessidade fundamental, que é a necessidade do social, ou seja, não o convidam mais para jogar bola, ir à igreja. Assim, ele vai preferir varrer a praça a quebrar as normas. As normas existem para fortalecer os laços sociais, aumentando a confiabilidade um no outro, e, conseqüentemente, elevando a cooperação e responsabilidade.

A reciprocidade é o componente, segundo Putnam (1996) mais importante das normas internalizadas e existem dois tipos de reciprocidade: "balanceada" e "generalizada".

A balanceada é aquele favor que já se sabe que será pago, como no exemplo que o próprio Putnam (1996, p.181), traz, "quando colegas de trabalho trocam seus dias de folga ou quando políticos combinam apoiar-se mutuamente".

A reciprocidade generalizada ou difusa é aquela em que a pessoa faz o favor esperando que seja um dia recompensado, apesar de que quase nunca se admite. Quando se presta um favor, espera-se que algum dia esse favor seja retribuído, do contrário, há decepção quando há ingratidão de quem se ajudou.

A amizade, por exemplo, quase sempre implica reciprocidade generalizada. Cícero formulou com admirável clareza a regra da reciprocidade generalizada: 'nenhum dever é tão indispensável quanto o de retribuir um



favor. Todos desconfiam de quem esquece de um benefício prestado” Cicero (apud PUTNAM, 1996, p.181).

De qualquer forma, há pessoas que servem sem esperar recompensa pelos seus atos. Faz parte de sua personalidade, de sua espiritualidade. No setor rural, encontram-se com maior facilidade seres humanos com a disponibilidade de servir sem pedir nada em troca.

A regra da reciprocidade generalizada é um componente altamente produtivo do capital social. As comunidades em que essa regra é obedecida têm melhores condições de coibir o oportunismo e solucionar os problemas de ação coletiva (PUTNAM, 1996, p.181).

Estas regras levam a uma participação cívica, a qual, quanto maior, maiores são as relações horizontais. Por outro lado, as relações verticais ocorrem em regiões sem hábito de participação, chegando a uma "suplicação vertical"<sup>5</sup>.

Outro pilar do capital social é a participação social. Esta diminui o sentimento de impotência dos indivíduos perante problemas que requerem soluções de cooperação mútua.

Participar inibe oportunismo individual, pois estes se envergonham de se aproveitarem de vantagens em benefício próprio, quando defendem a participação, interagindo com o grupo.

O maior argumento para participar é o aumento das ações eficazes de políticas públicas que beneficiam o coletivo. A falta da participação é apontada como a principal causa de fracasso de programas e projetos. Logo, práticas participativas promovem o desenvolvimento que, segundo o Banco Mundial, “obriga” que haja um conjunto de normas transparentes e previsíveis que regulem as ações públicas e privadas.

Para D’Araújo (2003, p. 30), a sociedade, para estar fortalecida e saudável, deve corrigir distorções para que não precise tanto do Estado. “Seria assim uma forma necessária, mas escapista, de transferir para a sociedade responsabilidades que o Estado estaria impossibilitado de assumir”. Portanto, a parceria entre sociedade e governo é reflexo de cooperação estreita entre estas, o que leva a pensar que o capital social esta intrinsecamente ligado a uma sociedade

---

<sup>5</sup> Idéia usada por Putnam, para pessoas de região sem a cultura da reciprocidade, quando estas se acostumam às relações de cima para baixo, a relações de dependência do outro que tem uma posição “superior” na sociedade.



forte e sadia o bastante para caminhar por si própria, conseqüentemente saiba se governar.

Capital Social se faz com participação, confiança, cooperação e valores. A partir daí, pode-se dizer que existe capital social, é lícito falar que existe uma sinergia entre os sujeitos envolvidos, com respeito e reciprocidade, que inclusive diminui o capital físico, quando o outro pode emprestar aquilo que o próximo não tem e vice-versa.

#### 2.4 O que está dando certo de Capital Social?

O presente item se propõe a relatar experiências empíricas de capital social encontradas no mundo. Portanto, não pretende analisar nenhuma entidade que trabalhe formação de capital social e sim apenas referenciá-la.

Para Kliksberg (1996), uma sociedade detém capital social a partir do seu acervo de valores de cultura e de instituições com diferentes graus de inteligência, que influenciam no comportamento das pessoas. Agregam, também elementos intangíveis, mas de grande valor, como a formação de redes de cooperação, nas quais os sujeitos sociais possam transcender relações conflitivas e competitivas, internalizando ações de interesses comunitário. Pode-se dizer que estão prontos para responder diferentes desafios com maturidade coletiva.

Kliksberg (1996), trabalhando na América Latina, destaca a formação de capital social da Villa El Salvador, no Peru. Nesta cidade, encontra-se uma vasta experiência social, protagonizada por mais de 250.000 habitantes de Lima, vindos quase todos da serra peruana. Tanto é a relevância dessa experiência que a UNESCO premiou Villa El Salvador como uma das mais desafiadoras entidades de educação popular, e as Nações Unidas, como uma promotora exemplar de formas de vida comunitária.

O *capital social*, compreendido como fortalecimento das pessoas em prol de causas coletivas, juntamente com o *capital humano*, que é definido como a qualificação mediante o conhecimento individual, está inserido nestas práticas, portanto, pode servir de base para respostas a problemas sociais essenciais, como saúde, educação, habitação, assim, elevando a qualidade de vida. Cultivar os laços de solidariedade, confiança e de reciprocidade nas relações sociais é fundamental para atingir as metas de interesse coletivo.



Souza Filho (1999), estudando a formação do capital social, destaca os componentes que contribuem para a sua realização: a integração dos sujeitos sociais, o engajamento cívico e as normas de confiança e cooperação, que podem ser incentivados pelas esferas governamentais, podendo chegar ao desenvolvimento sustentável; mas, construir e/ou resgatar relações sociais é complexo, principalmente para o poder público, pois estes ainda não entendem que práticas participativas podem ser um instrumento eficaz no combate a pobreza. Mesmo porque muitos destes agentes públicos preferem não tomar conhecimento das vantagens da metodologia participativa, que é uma questão de vontade política, apesar de que, segundo Souza Filho (1999, p.3), "as tradições cívicas, o capital social e práticas colaborativas e por si só, não desencadeiam o progresso econômico. Elas, contudo, são a base para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura".

Segundo Algagli et al (2002), a formação de capital social também pode ocorrer a partir dos mecanismos de remuneração e investimento dos trabalhadores. Também destaca as Cooperativas de Mondragon - cooperativa de trabalhadores fundada em 1956 no País Basco ao norte da Espanha, que se tornou um dos mais bem-sucedidos sistemas local de inovação. Em uma época em que a Espanha aparecia com uma das maiores taxas de desemprego da Europa, Mondragon conseguiu elevar o número de empregados, alcançando quase o pleno emprego. Este fato só foi possível em virtude da cooperação, união e de um contato que garantiu a "efetiva igualdade e solidariedade entre os sócios" (SINGER, 2002, p.99) e ainda por ser uma cooperativa que tinha como política a autogestão.

O que garantiu o sucesso dessas experiências foi um conjunto de fatores em que o capital social foi componente importante, incluindo a atuação de lideranças locais para mobilização e aprendizado coletivo e individual, contando com o apoio de instâncias governamentais locais.

Outro exemplo que vem dando certo é o do Vale do Silício, na costa oeste dos Estados Unidos. Em uma análise mais profunda, pode-se perceber a presença do capital social, quando é desencorajado o espírito de competitividade entendido de forma neoclássica. Esta comunidade se destacou pela inovação que surgiu do seu



âmago e se diferencia em cada sujeito social, mesmo estando ligados uns aos outros pelas suas crenças, valores, e convenções<sup>6</sup>.

Souza Filho (1999) destaca a experiência dos conselhos regionais de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, ao demonstrar que a participação popular motivada pelo Estado pode conduzir, no médio e longo prazo, iniciativas próprias por parte da sociedade civil, que, após o incentivo, podem se sustentar:

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul [...] são instituições independentes, organizadas localmente por iniciativa do Governo do Estado, que nasceram com a finalidade de promover a descentralização política, através da manutenção de um espaço permanente e apartidário de participação da comunidade regional. Seus objetivos principais são estimular a ação organizada da sociedade na busca do desenvolvimento e orientar e respaldar as políticas públicas para a região, além de constituir instância de regionalização do Orçamento do Estado, dirigindo recursos às demandas verificadas localmente. (SOUZA FILHO, 1999, p.5).

Este programa foi implantado em 1991 e hoje responde por 22 diferentes regiões, cobrindo todo o território do Estado. Os COREDEs foram criados com a finalidade de suprir a falta de instâncias de articulação regional no Rio Grande do Sul, constituindo instrumento de mobilização da sociedade, que possibilita a participação da comunidade na formulação e implantação de medidas que venham promover o desenvolvimento regional.

Em todos os municípios do Brasil, de norte a sul, existem conselhos, devendo registrar-se a participação da sociedade civil, o que nem sempre acontece, pois os "escolhidos" para representar a sociedade civil podem representar ali os seus interesses, senão os da instituição (Prefeitura). Outro problema enfrentado pelos conselhos é a descontinuidade das ações, desestimulando, em parte, um embrionário capital social<sup>7</sup>.

Outro exemplo bem-sucedido no Brasil está localizado no sudoeste do Paraná, conhecido como o Projeto Nova Itália, que também tem agregado um

<sup>6</sup> Convenções podem ser entendidas como práticas passíveis de mudanças coerentes e pela incerteza do mercado econômico, como também pela diversidade dos grupos de sujeitos, segundo a história individual de cada um, tendo comportamentos diferenciados, diante de situações semelhantes, como as incertezas tanto de mercado, como institucionais (STORPER, 1996, p. 112).

<sup>7</sup> A autora trabalhou na capacitação de vários conselhos de apoio comunitário no Estado do Maranhão, onde observou essas práticas.



conjunto variado de forças voltadas à criação de sinergia entre suas inúmeras organizações de base.

Estas experiências abrem caminhos para o sistema econômico local, que não necessariamente significa isolamento, mas, pelo contrário, desperta oportunidades a partir do local, pois os sujeitos sociais ampliam seu raio de visão. Além disso, cria emprego, melhora a qualidade de vida de boa parte da população local e aumenta o poder aquisitivo. Observa-se que a sustentabilidade econômica dos empreendimentos deriva de um círculo virtuoso criado pela sinergia cooperativa, que a cooperação e o respeito são geradores do desenvolvimento social e econômico na Região.

No Brasil, também existe a experiência desenvolvida na Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas. Trata-se de incubadoras de cooperativas criadas em universidades, ambientes que estimulam a criação de empresas, negócios, bem como incentivam a pesquisa, a fim de que esta se transforme em produtos e/ou serviços.

A primeira cooperativa desse tipo foi implantada na COPPE/UFRJ, em março de 1996, com a existência de 13 cooperativas da rede já em funcionamento e várias outras em fase de implantação. Para ALBAGLI et al (2002), as incubadoras, mesmo enfrentando dificuldades financeiras e considerando que são experiências incipientes, vêm demonstrando sua contribuição para melhoria da qualidade de vida dos mais excluídos.

A segunda experiência do Brasil foi o projeto-piloto da Incubadora de Cooperativas da Universidade Federal do Ceará, que teve suas atividades iniciadas no segundo semestre de 1997. O referido projeto conta atualmente com uma experiência exitosa em cerca de 40 empreendimentos sociais instalados, entre estes, cooperativas em seus diversos setores, associações de produção e grupos de trabalhadores informais.

Esta experiência nasce de uma nova visão da UFC: a necessidade de formação de cooperativas que estejam fundamentadas numa filosofia doutrinária calcada nos princípios de cooperativismo rochdaleano<sup>8</sup>, visto que, num passado próximo, as cooperativas que se estabeleciam, já "nasciam" comprometidas com interesses políticos e econômicos locais, direcionadas por políticas públicas

---

<sup>8</sup> Fundadores da primeira experiência de cooperativismo em 1844, na Inglaterra, na sua forma autêntica.



clientelistas. Tal fato sustenta-se na história do Nordeste, que é de exploração e não de cooperação, o que dificulta o trabalho de implantação de um modelo associativista/cooperativista autêntico.

No Estado do Ceará, Mayorga (2002) verifica e analisa a importância do capital social e o capital físico na estratégia de luta das comunidades contra a vulnerabilidade em face os eventos climáticos, como as estiagens. Para esse estudo, o autor pesquisou duas localidades (Lustal e Sítio Lagoa) de Tauá – município cearense. O autor concluiu que a comunidade de Lustal aparece mais bem dotada de capital social e capital físico e, portanto, é menos vulnerável do que a comunidade de Sítio Lagoa. A segunda conclusão refere-se à importância relativa dos sistemas de participação cívica, como a igreja, clubes e escolas na formação de capital social.

O capital social está intimamente ligado ao aprendizado interativo, coletivo e à cooperação, podendo ainda facilitar as ações coletivas geradoras de arranjos produtivos articulados. Isto é evidente nas experiências de cooperativa, que se pode chamar de solidárias, pois estas se baseiam nas redes sociais, direcionadas para um esforço conjunto de desenvolvimento local.

Ao intensificar a importância da integração recíproca, da cooperação em comunidades e entre comunidades, destaca-se a relevância da formação do capital social para direcionar a região ao tão sonhado desenvolvimento sustentável.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Área de estudo

A área de estudo escolhida é o Distrito de Cachoeira, localizado no Município de Maranguape, ficando a 53 km de Fortaleza e 28 km da Sede do Município. Está situado à margem esquerda da CE 065, tendo os municípios de Palmácia e Guaiuba como seus limites geográficos (FIGURA 1).

O nome de Cachoeira decorre de uma bela cachoeira que havia no riacho Juá, composta de grandes pedreiras, que no ano de 1914 desapareceu em virtude da construção da estrada que liga Maranguape a Pacoti.

As terras que hoje pertencem a Cachoeira eram de propriedade dos índios. Em 1834 a família Moura, descendente de Portugal e procedente de Icó<sup>9</sup>, muda-se para Cachoeira em decorrência de desentendimentos familiares e negocia as terras com os índios. A referida família alcança grande projeção política e econômica e com o passar do tempo foram deixando a zona rural para viver na capital. Portanto, da família Moura permaneceu em Cachoeira apenas dois herdeiros. Um deles negociou sua parte de terra com o INCRA, onde vivem 30 colonos que fazem parte do Comitê Agrícola. Essa parte não foi dividida, mas, em consenso eles deixam uma área para plantio coletivo, onde hoje os jovens da comunidade de Cachoeira desenvolvem o Projeto Mandala<sup>10</sup> bem como decidem sua área de plantio individual e de construção de casas. O outro herdeiro explora sua parte de forma individual, porém não têm parte nos bens<sup>11</sup>.

Um senhor chamado Elias Cavalcante de Andrade, porém, em 1958, vem interessar-se por este distrito. Como era um educador, tinha visões muito amplas, alavancou projetos para a comunidade: melhorou o caseiro, reformou a igreja e o açude. Outros projetos possibilitaram a construção de dezenas de casas, com energia e água, um centro comunitário e posto de saúde. Também construiu uma escola convencional e outra profissional, conseguiu muitos projetos artesanais,

---

<sup>9</sup> Município cearense localizado na região centro sul do Estado do Ceará.

<sup>10</sup> Mandala é um projeto de agricultura orgânica que envolve 29 jovens de Cachoeira.

<sup>11</sup> Os bens referidos foram construídos pela família Moura: senzala, caseiro, açude, casa de farinha, engenho e capela. Todas estas construções fazem parte do patrimônio de Cachoeira, com exceção da senzala, que já não existe.



criação de aves, peixes e suínos, além de construir uma fábrica de redes. Em 1991, Cachoeira se tornou Distrito.

De alguma forma o Sr. Elias teve o dom de agregar as pessoas da comunidade para um determinado fim. Ele não soube, contudo compartilhar seus conhecimentos e, quando ele se mudou, a comunidade como um todo teve uma decaída.

A escolha desta comunidade para a realização do estudo ocorreu por já ter havido indícios de um certo capital social, constatado por meio do Comitê Agrícola, pois eles produziam juntos e vendiam coletivamente, além de que havia uma certa confiança mútua, bem como atividades comunitárias, como a limpeza do açude. Pensa-se que pode resgatar este capital social coletivo, com a produção e comercialização de produtos, como o milho, o feijão, a mandioca, como também por intermédio da Associação Comunitária existente, onde está inserida a fábrica de redes.

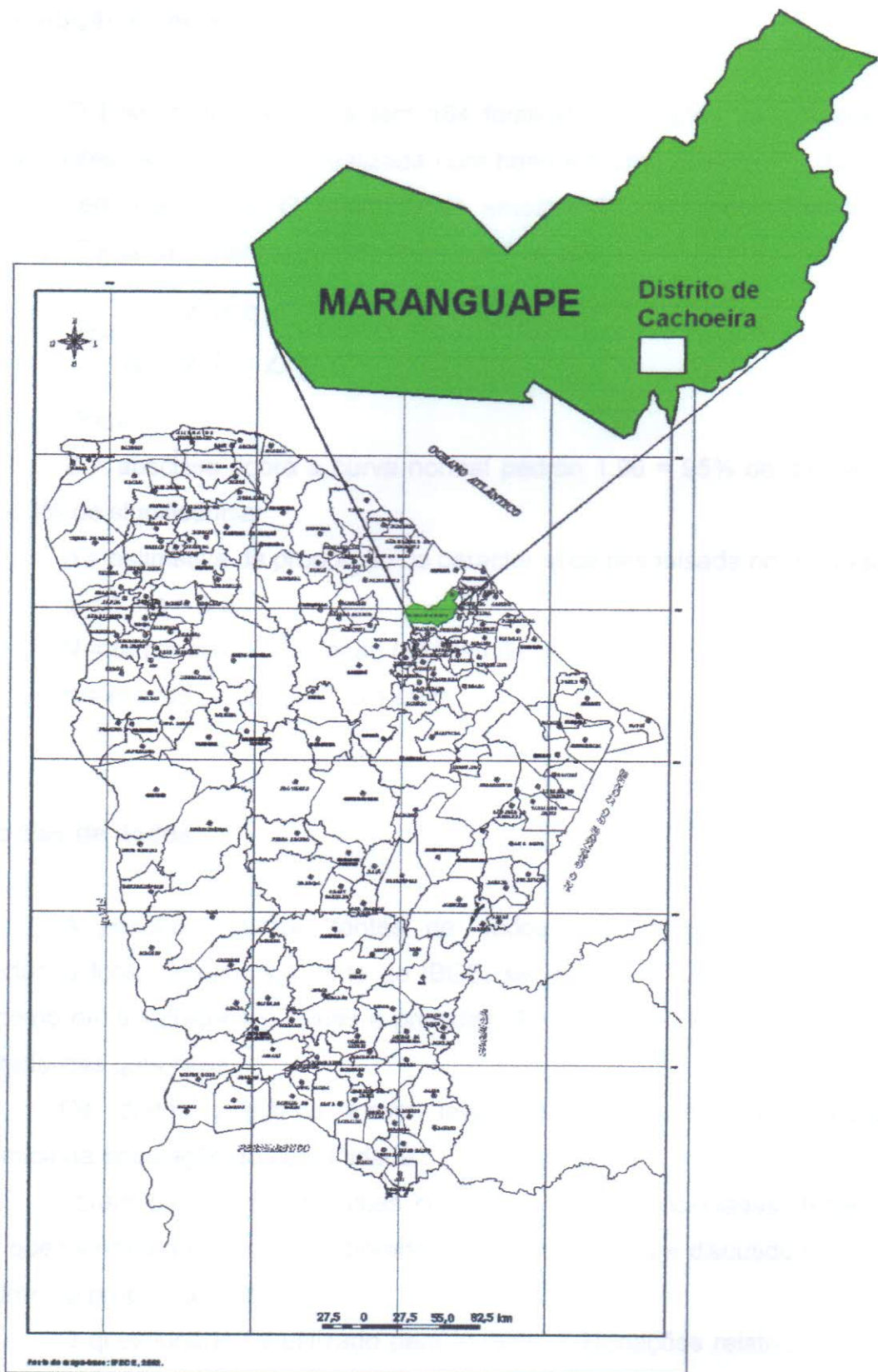


FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.



### 3.2 População e amostra

O Distrito de Cachoeira tem 184 famílias, totalizando aproximadamente 800 habitantes. A pesquisa foi realizada com base em uma amostra de 63 famílias residentes em Cachoeira. O tamanho da amostra foi calculado utilizando-se a fórmula de Fonseca e Martins (1996), representada por:

$$n = \frac{Z^2 p \cdot q \cdot N}{d^2 (N-1) + Z^2 p \cdot q}$$

Onde:

Z = abscissa sobre a curva normal padrão 1,96 = 95% de confiança, ou melhor 5% de significância;

p = estimativa da proporção da característica pesquisada no universo: 0,5;

q = 1 - p = 0,5;

N = tamanho da população (184 famílias)

d = erro da proporção = 0,1 (10%).

### 3.3 Fontes de dados

A pesquisa utilizou fontes de dados secundários e primários. Os secundários foram levantados junto ao IBGE, secretarias, Prefeitura do Município, bem como em instituições públicas e privadas. A partir de então, foram levantadas características genéricas.

Os dados primários foram levantados pela amostra aleatória ou randômica da população da comunidade.

Foram utilizadas entrevistas com as famílias selecionadas. Ressalta-se que o questionário aplicado foi elaborado pela pesquisadora e discutido com alguns membros da própria comunidade.

O questionário foi utilizado para levantar informações relativas ao capital social individual, ou, como o Banco Mundial se refere, questionário domiciliar, para, a partir daí, medir o capital social coletivo. O modelo do questionário foi baseado em questões já pesquisadas pelo Banco Mundial, chamado de Questionário Integrado

para Medir Capital Social - QI-MCS (2003) e o questionário utilizado na pesquisa de doutorado em sociologia de Uribam Holanda - UFC (2004).

Para o alcance dos objetivos propostos, a pesquisadora procurou sensibilizar as lideranças locais e, posteriormente, as autoridades para importância desta pesquisa para a organização social do Distrito de Cachoeira.

### **3.4 Método de análise**

A especificidade do objeto de estudo desta pesquisa exige, para seu desenvolvimento, a adoção do paradigma qualitativo de análise, além do quantitativo. A investigação do capital social como um sustentáculo para o desenvolvimento é uma tarefa complexa e árdua, socialmente construída mediante interações de objeto, com o pesquisador e a realidade.

Foram utilizados os seguintes métodos: tabulares, descritivos e gráficos, tendo sido construídos os Índices de Capital Social e Condição Humana.

#### **3.4.1 Método tabular e Método gráfico**

Neste procedimento, determina-se a distribuição de frequências absoluta e relativa das variáveis socioculturais e econômicas utilizadas na determinação do capital social do Distrito de Cachoeira, além de fornecer meios de organizar e resumir os dados, de modo que padrões possam ser visualizados e com fácil interpretação para o leitor.

Estes métodos fazem parte da Estatística Descritiva, que consiste na reunião de dados e apresentação de forma clara. A coleta destes dados foi realizada por meio de amostragem, o que faz o método ser conhecido como inferência estatística.

Na avaliação usou-se o método de tabulação cruzada, que sintetiza simultaneamente dados. A tabulação cruzada fornece subsídios para se examinar a influência de uma variável sobre a outra.



Sintetizando esta etapa, os dados coletados na amostra foram agrupados em tabelas e gráficos, que mostraram informações e descobertas indispensáveis ao estudo, utilizando as variáveis selecionadas.

### 3.5 Característica socioculturais e econômicas da comunidade de Cachoeira

A análise da caracterização sociocultural e econômica faz-se pela necessidade de um conhecimento acurado da comunidade de Cachoeira, para compreensão do resultado do índice de capital social.

A avaliação deste item foi elaborada a partir do perfil da comunidade, com as seguintes variáveis: faixa etária, sexo, tamanho e composição da família, escolaridade, situação ocupacional, aspecto econômico, condições de moradia, condições sanitárias e acesso a bens duráveis.

### 3.6 Índice de Capital Social - ICS

Para mensurar a influência do capital social e suas implicações, mesmo de forma subjetiva no Distrito de Cachoeira, Maranguape – CE, foi construído o Índice de Capital Social, foi avaliado por meio dos seguintes indicadores: **participação social, confiança individual, confiança política, e valores.**

Os indicadores que formam o ICS foram elaborados a partir das relações interpessoais das famílias pesquisadas da comunidade, levando em conta os pilares do capital social.

O modelo utilizado neste estudo é baseado em Khan e Silva (2002), observando a realidade da pesquisa, por meio de um estudo minucioso dos indicadores que compõem o índice de capital social. Dependendo da variável o escore assume valores de 1 até 7, sendo que alguns destes valores foram atribuídos pelos próprios entrevistados. Em outras variáveis, foram atribuídos escores pela autora, considerando o grau de importância.

A contribuição de cada indicador é obtida mediante a fórmula:

$$C_S = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[ \frac{1}{m} \sum_{i=1}^m \left( \frac{E_{ij}}{E_{\max i}} \right) \right] \quad (1)$$

Assim, o índice de capital social é definido:

$$ICS = \frac{1}{k} \sum_{S=1}^k C_S \quad (2)$$

Onde:

$ICS$  = Índice de capital social;

$E_{ij}$  = escore da  $i$ -ésima variável, obtida pelo  $i$ -ésimo entrevistado;

$i = 1, 2, 3, \dots, m$ ;

$j = 1, 2, 3, \dots, n$ ;

$E_{\max i}$  = escore máximo da  $i$ -ésima variável;

$C_S$  = contribuição do indicador  $s$ ;

$n$  = número de entrevistados

$m$  = número de variáveis que compõe o indicador  $i$

$k$  = número de indicadores

Para calcular  $ICS$ , utilizou-se a média simples dos quatro indicadores, onde foram atribuídos pesos iguais, conforme a fórmula:

$$ICS = \frac{Ips + Ici + Icp + Iv}{4}$$

Onde:

$Ips$ : indicador de participação social;

$Ici$ : indicador de confiança individual;

$Icp$ : Indicador de confiança política;

$Iv$ : Indicador de valores.



A classificação utilizada para medir o ICS, utilizando os indicadores de participação social, confiança individual, confiança política e valores, é a mesma que a ONU adotou para o IDH. O índice varia de zero (nenhum capital social) a um (capital social intenso).

Baixo:  $0 \leq \text{ICS} < 0,5$

Médio:  $0,5 \leq \text{ICS} < 0,8$

Alto:  $0,8 \leq \text{ICS} \leq 1,0$

### 3.6.1 Definição das variáveis utilizadas no cálculo do Índice de Capital Social

A seguir apresenta-se um conjunto de variáveis utilizadas no modelo, com seus respectivos escores, para aferir o Índice de Capital Social – ICS, considerando os indicadores: a) participação social; b) confiança individual; c) confiança política; e d) valores.

a) Participação social - esta variável foi mensurada considerando o grau de participação do entrevistado e dos membros de sua família em atividades comunitárias.

VARIÁVEL		ESCORE
Você faz parte de algum grupo Qual? Associação Sindicato Cooperativa Religioso Outros. Definir	Sim Não	2 1
Você participa das reuniões do seu grupo?	Sempre Na maioria das vezes Apenas quando o assunto interessa	4 3 2
Algum membro da sua família faz parte de algum grupo? esposo(a) filhos / enteados pais / sogros irmãos netos / bisnetos outros parentes agregados	Sim Não	2 1
Você ou algum morador da sua casa tem algum relacionamento com grupos de fora da comunidade (*)	Sim Não	2 1

Participa de algum tipo de ação voluntária? na educação na saúde com idosos com jovens em situação de risco com crianças carentes outros. definir	Sim	2
	Não	1
Quantos amigos próximos você diria que tem hoje? Essas pessoas com quem se sente a vontade para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda?	Muitos	4
	Mais ou menos	3
	Poucos	2
	Nenhum	1
Você acredita que tem amigos verdadeiros?	Definitivamente	3
	Não tenho certeza	2
	Definitivamente não	1

b) Confiança individual – identifica-se o grau de confiança em si e nos outros, como demonstrado a seguir:

VARIÁVEL		ESCORE
Em relação à maioria das pessoas da comunidade, você diria que elas são:	De grande confiança	4
	De confiança	3
	De pouca confiança	2
	Não sabe	1
	Preocupam-se em ajudar a comunidade e consigo mesmas	3
	Preocupam-se em ajudar a comunidade	2
	Preocupam-se somente consigo mesmas	1
	Justas uma com as outras	3
	Não sabem	2
Se um projeto da comunidade não o beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas da comunidade, você contribuiria com seu tempo e/ou dinheiro para este projeto?	Tempo Contribuiria	2
	Tempo Não contribuiria	1
	Dinheiro Contribuiria	2
	Dinheiro Não contribuiria	1
O que você pensa da idéia de que "primeiro devemos tomar de conta das nossas coisas para depois pensar em ajudar o outro".	Discorda	3
	Concorda em parte	2
	Concorda plenamente	1
Se você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro, há pessoas além do seu domicílio ou parentes próximos, que estariam dispostas a lhe emprestar este dinheiro?	Definitivamente	5
	Provavelmente	4
	Não tenho certeza	3
	Provavelmente não	2
	Definitivamente não	1



c) Confiança política – percebe-se o grau de confiança do entrevistado em relação os políticos e a política em si.

VARIÁVEL		ESCORE
Você se interessa pela política?	Bastante	3
	Um pouco	2
	Não se interessa	1
Em tempo de eleições você faz campanha para os seus candidatos?	Sim	2
	Não	1
Você confia nos políticos do seu município?	Muito	3
	Mais ou menos	2
	De jeito nenhum	1
O prefeito e os vereadores do seu município se preocupam com o bem-estar da sua comunidade?	Muito	4
	Mais ou menos	3
	De jeito nenhum	2
	Não sabe	1
Das entidades abaixo diga qual o seu grau de confiança: Prefeitura Câmara dos Vereadores Vereador da sua comunidade Associação Comunitária Líderes comunitários Igreja	Muita confiança	4
	Mais ou menos	3
	Não confia	2
	Não sabe	1
Que características você considera importantes em um candidato, para que ele possa conquistar o seu voto?	Ser da comunidade	( )
	Ter lhe feito um favor para si e/ou sua família	( )
	Ter experiência e ser trabalhador	( )
	Ser alguém que você conhece pessoalmente	( )
	Ser do partido de sua preferência	( )
	Falar bem e andar bem vestido	( )
	Ter instrução	( )
	Ser indicado por alguém de sua confiança	( )
Sua comunidade já sofreu perseguição de algum político?	Sim	2
	Não	1

Como se pôde perceber mensurou-se esta variável de duas formas: em uma delas os escores já estão estabelecidos, em outra os escores foram atribuídos pelos entrevistados.

d) Valores - as respostas obtidas neste item permitem que se possam conhecer os valores da comunidade de Cachoeira. Pela sua subjetividade, a construção deste indicador foi estabelecida pelos próprios pesquisados pelo grau de preferência de cada item, o qual variou do 0% a 100%. Em cada variável, o entrevistado poderia escolher até 3 respostas por ordem de importância, e as que foram mais escolhidas pelo maior número de entrevistados tiveram o escore maior. A segunda opção de maior número de entrevistados teve o escore imediatamente inferior ao maior, e assim também a terceira resposta mais escolhida pelos pesquisados.

VARIÁVEL		ESCORE
O que você escolheria como sendo mais importante num aprendizado de vida?	Obedecer às autoridades Ser popular Pensar de forma independente Ser trabalhador Ganhar dinheiro Ajudar os outros Ter prestígio	( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( )
Quais dessas ocupações no seu município você pensa que têm mais prestígio? cite três:	Padre ou pastor Juiz Prefeito Médico Vereador Fazendeiro Delegado	( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( )
Por que tem gente pobre no nosso País?	Porque não há boas escolas para todos Porque falta terra e trabalho para a maioria Por causa do mau caráter e alcoolismo dos pobres. Por falta de esforço dos pobres Porque vivemos num regime onde os ricos exploram os pobres Por causa da corrupção praticada pelos políticos	( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( )
Destes valores, qual o grau de importância para você?	Ter boas condições financeiras Ser bem casado (a) Ter filhos Ter objetos de valor (carro, casa, roupa) Ter fé em Deus Ser uma pessoa inteligente Ter um bom emprego	( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( )
Você se considera uma pessoa...	Muito feliz Feliz Nem feliz e nem infeliz Infeliz Muito infeliz	(5) (4) (3) (2) (1)



### 3.7 Índice Condição Humana – ICH

Para calcular o Índice de Condição Humana – ICH, utilizou-se o modelo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, sendo que a caracterização do indicador educação do IDH é diferente da abordagem no presente trabalho em uma variável, pois, no caso, a caracterização da variável do ICH foi por número de anos na escola e pelo ensino formal e não pelo número de matrículas, como sugere o PNUD. Este ainda é formado pelo indicador de renda e longevidade.

Para o cálculo do ICH foram considerados os seguintes indicadores:

**Renda Familiar (RF)** – a renda analisada é a renda *per capita*, levando em consideração os seguintes itens, segundo Torres (apud PEREIRA, 2000: 51):

- a) produção agrícola;
- b) produção doméstica (beneficiamento de produtos agrícolas, artesanato e outras atividades geradoras de renda, desenvolvidas no lar);
- c) investimento ou formação de capital;
- d) atividade de consumo, inclusive lazer e bens de consumo duráveis;
- e) atividades externas que envolvam trabalho (atividades assalariadas na agricultura e outras atividades que produzam renda);
- f) atividades financeiras (donativos, aposentarias, pensões e rendas provenientes de juros).

A renda *per capita* estudada foi referente ao ano de 2003, envolvendo todos os residentes da família. O cálculo utilizado foi todo e qualquer ganho das pessoas residentes na família, menos os custos variáveis, no caso da produção agrícola, artesanato etc.

Demonstrado matematicamente:

$$E(R_{pc}) = \frac{\sum R_i}{nd} \qquad E(R) = \frac{\sum R_{pc}}{n}$$

Onde:

$E(R_{pc})$  = renda média per capita da família;

$\sum(R_i)$  = somatório de todas as rendas pessoais da família entrevistada;

$nd$  = todas as pessoas da família entrevistada;

$E(R)$  = renda média *per capita*;

$E(R_{pc})$  = somatório de todas as rendas per capita das famílias entrevistadas;

$n$  = número de entrevistados

**Educação** – foram analisadas três variáveis: a) o ensino formal ministrado em escolas. Os escores variam de 1 a 6, sendo 1 o menor grau de instrução (não alfabetizado) e o maior 6 (nível superior incompleto ou completo); b) a taxa de alfabetização de adultos, a partir de 15 anos, pessoas essas que tenham a capacidade de ler e escrever um simples bilhete, e não somente assinar o nome; c) números de anos frequentados na escola, levando em conta a idade de 7 anos; exemplo: se o aluno tem 14 anos, então ele deverá ter 7 anos de escola, encontrando a defasagem escolar que é a diferença entre o número de anos recomendados para uma criança, em função da sua idade e o número de anos de estudo atingido pelo estudante. A defasagem atinge crianças de 7 a 14 anos.

**Longevidade** – para a avaliação do índice de longevidade, é considerada a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos vivido por uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local. Para analisar esta variável, pergunta-se quantas pessoas naquela família morreram nos últimos 10 anos, qual a idade do óbito e qual o motivo do falecimento.

Este indicador foi calculado levando em conta todas as idades de pessoas com óbitos das famílias entrevistadas num intervalo de 10 anos, dividindo-se pelo conjunto de valores da amostra de óbitos.

Para a construção do ICH, a classificação utilizada foi a mesma para medir o ICS, com base na classificação que a ONU adotou para o IDH. O índice varia de zero (nenhum capital humano) a um (capital humano alto).

Baixo:  $0 \leq ICH < 0,5$

Médio:  $0,5 \leq ICH < 0,8$

Alto:  $0,8 \leq ICH \leq 1,0$



### 3.7.1 Definição das variáveis utilizadas no cálculo do Índice de Condições Humana

Este modelo foi calculado a partir dos valores dos escores e pesos, levando em conta seus indicadores: renda *per capita*, educação e longevidade.

#### a) Renda per capita

Foi empregada a classificação a renda per capita, a qual foi distribuída em seis grupos, a seguir:

#### **Renda per capita**

VALOR	ESCORE
R < 100,00	(1)
100,00 ≤ R ≤ 200,00	(2)
200,00 ≤ R ≤ 300,00	(3)
300,00 ≤ R ≤ 400,00	(4)
400,00 ≤ R ≤ 500,00	(5)
R > 500	(6)

#### b) Educação

Concernente a este indicador, o entrevistado foi indagado a respeito do seu grau de instrução, tendo-se considerado os seguintes escores.

GRAU DE INSTRUÇÃO	ESCORE
Não alfabetizado	(1)
Alfabetização e ensino fundamental incompleto	(2)
Ensino fundamental completo	(3)
Ensino médio incompleto	(4)
Ensino médio completo/ nível técnico	(5)
Ensino superior completo/incompleto	(6)

NÚMERO DE ANOS FREQUENTADOS NA ESCOLA	ESCORE
Anos = 0	(1)
$1 \leq \text{Anos} \leq 4$	(2)
$5 \leq \text{Anos} \leq 8$	(3)
$9 \leq \text{Anos} \leq 12$	(4)
Anos $\geq 13$	(5)

c) Longevidade

Esperança de vida ao nascer, quanto mais falecimentos precoces menor a esperança de vida da comunidade, que foi calculada da seguinte forma: soma-se todas as idades das pessoas falecidas num período de 10 anos, dividindo-se pela amostra de óbitos neste mesmo período. Este indicador foi mensurado levando-se em conta a idade quando da ocorrência dos óbitos; quanto menor a idade do falecimento menor o escore.

IDADE DOS ÓBITOS	ESCORE
Idade < 20	(1)
$20 \leq \text{Idade} \leq 40$	(2)
$40 \leq \text{Idade} \leq 60$	(3)
$60 \leq \text{Idade} \leq 80$	(4)
$80 \leq \text{Idade} \leq 100$	(5)

Também foram atribuídos pesos as variáveis que compõem os três indicadores. Os pesos são ponderações estabelecidas pelo próprio entrevistado, os quais traduzem seu grau de satisfação ou a importância de cada uma das variáveis.

Foi mensurado o grau de satisfação da seguinte forma:

- Baixa satisfação..... 1  
 Média satisfação..... 2  
 Alta satisfação..... 3



### 3.7.2 Cálculo do Índice de Condição Humana

A contribuição de cada indicador na construção do ICH é dada por:

$$C_h = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[ \frac{1}{m} \sum_{i=1}^m \left( \frac{E_{ij} \cdot P_{ij}}{E_{\max j} \cdot P_{\max j}} \right) \right]$$

O valor de ICH é calculado pela seguinte forma:

$$ICH = \frac{1}{k} \sum_{h=1}^k C_h$$

Onde:

$m$  = número de variáveis do indicador  $i$  ;

$E_{ij}$  = escore da  $i$  -ésima variável, obtida pelo  $i$  -ésimo entrevistado;

$P_{ij}$  = peso da  $i$  -ésima variável, definida pelo  $i$  -ésimo entrevistado;

$E_{\max}$  = escore máximo da  $i$  -ésima variável;

$P_{\max}$  = peso máximo da  $i$  -ésima variável;

$n$  = número de entrevistados;

$h$  = número de indicadores.

Para o cálculo do ICH, utilizou-se a média simples dos três indicadores, onde foram atribuídos pesos iguais, conforme a fórmula:

$$ICH = \frac{Ir + Ie + Il}{3}$$

Onde:

$Ir$ : indicador de renda per capita;

$Ie$ : indicador de educação;

$Il$ : Indicador de longevidade

### 3.8 Correlação entre o ICS e o ICH

Esta etapa tem como finalidade observar como ICS se correlaciona com o ICH, ou seja, se há uma relação direta (correlação positiva) ou indireta (correlação negativa) entre os dois índices.

A fórmula usada para calcular a correlação entre os índices, foi:

$$r = \frac{\sum ICS_i ICH_i - \frac{\sum ICS_i \sum ICH_i}{n}}{\sqrt{\left( \sum ICS_i^2 - \left( \frac{\sum ICS_i}{n} \right)^2 \right) \left( \sum ICH_i^2 - \left( \frac{\sum ICH_i}{n} \right)^2 \right)}}$$

onde:

$ICS_i$  = valor do índice de capital social da i-ésima família;

$ICH_i$  = valor do índice de condição humana da i-ésima família;

$n$  = número total de famílias pesquisadas.

Vale ressaltar a importância do valor do coeficiente de correlação, se:

$r = 1$  : os índices se correlacionam de forma perfeita e direta

$r = 0$  : os índices não se correlacionam

$r = -1$  : os índices se correlacionam de forma perfeita e indireta

Quanto mais próximo de zero, a correlação é mais fraca. Quanto mais próxima de 1, a correlação é mais forte.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Capital Social se refere à 'capacidade de construir comunidades' porque comunidades são 'usinas' de Capital Social. Quanto mais comunidades existirem numa sociedade, mais Capital Social será produzido, acumulado e reproduzido socialmente (FRANCO. 2001 p.59).

As evidências apresentadas neste estudo possibilitam avaliar o perfil da população estudada na comunidade de Cachoeira, bem como conhecer e analisar o Índice de Capital Social e o Índice de Condição Humana, necessário para a compreensão da dinâmica desta comunidade em relação ao contexto onde se encontra o objeto de estudo, enriquecendo e valorizando o referido trabalho. Vale ressaltar o interesse deste texto dissertativo na avaliação da correlação entre os dois índices.

### 4.1 Características socioculturais e econômicas das famílias estudadas na comunidade do Distrito de Cachoeira, no Município de Maranguape –CE.

Este item possibilita melhor conhecimento do perfil sociocultural e econômico do Distrito de Cachoeira, por meio das características pessoais e familiares, abordando faixa etária, sexo, tamanho e composição da família, escolaridade, situação ocupacional e econômica, condição de moradia, condições sanitárias e acesso a bens duráveis, apresentados por meio de análises e discussão de tabelas e gráficos.

#### 4.1.1 Faixa etária

As demonstrações são feitas por idades, tanto dos entrevistados como das pessoas que compõem a família. Na TABELA 1, observa-se que a faixa etária com maior percentual (36,5% dos entrevistados) está entre 31 e 45 anos, seguida do intervalo entre 16 e 30 anos (com 28,6%). Os de idade de 46 a 60 anos e acima de 60 anos correspondem ao percentual de 22,2% e 12,7%, respectivamente.

TABELA 1 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA

Idade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
De 16 a 30 anos	18	28,6
De 31 a 45 anos	23	36,5
De 46 a 60 anos	14	22,2
Acima de 60 anos	08	12,7
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

A faixa etária de maior percentual dos outros membros da família se encontra de 0 a 15 anos com 45,6% (TABELA 2), portanto, são crianças e adolescentes que dependem de seus pais. Segundo Monte (1999) existem um número maior de pessoas em idade não produtiva (0 a 17 anos e acima de 60 anos) em relação às pessoas em idade produtiva, aumentando os encargos dos que trabalham na família. Este fato se atrela à condição de pobreza, ou seja, quanto mais pessoas em idade improdutiva, mais pobres são essas famílias.

TABELA 2 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA

Idade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Até 15 anos	113	45,6
De 16 a 30 anos	74	29,8
De 31 a 45 anos	32	12,9
De 46 a 60 anos	13	5,2
Acima de 60 anos	16	6,5
<b>TOTAL</b>	<b>248</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

Percebe-se que 75,4% dos outros membros da família da comunidade estudada têm até 30 anos, sendo uma comunidade bastante jovem, ou seja, constitui um amplo campo de trabalho, considerando os que não trabalham e que estão aptos a produzir, havendo oportunidades. Os de idade de 46 a 60 anos e acima de 60 anos têm um pequeno percentual, 5,2% e 6,4% respectivamente, totalizando apenas 11,6%.



Os dados da TABELA 3 ratificam o fato de que a faixa etária da maioria dos componentes da família entrevistada é jovem, de 0 a 30, anos com 65,9%. Das 311 pessoas que compõem as 63 famílias pesquisadas, apenas 51 têm mais de 45 anos (16,4%).

TABELA 3 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA

Idade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Até 15 anos	113	36,3
De 16 a 30 anos	92	29,6
De 31 a 45 anos	55	17,7
De 46 a 60 anos	33	10,6
Acima de 60 anos	18	5,8
<b>TOTAL</b>	<b>311</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

#### 4.1.2 Sexo

Dos entrevistados, 88,9% são mulheres<sup>12</sup>. Já entre os outros membros da família prevalece o sexo masculino, com 60,9%, e somando-se os percentuais dos entrevistados com os outros membros da família, obtém-se 50,8% do sexo masculino contra 49,2%. Analisando este percentual com o da população do Município de Maranguape, que tem percentuais de homens e mulheres bem aproximados, 49% e 51%, respectivamente, segundo Censo IBGE (2000), percebe-se uma inversão, ou seja, a taxa de homens da amostra de Cachoeira é mais elevada (60,9%) do que a do Município de Maranguape (49%) (TABELA 4).

<sup>12</sup> Por dificuldades encontradas durante as entrevistas, outros membros das famílias foram entrevistados em lugar dos chefes. O fato de ter entrevistado mais mulheres (88,9%) pode ter trazido algum viés para os resultados.

TABELA 4 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS SEGUNDO O SEXO

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Entrevistados		Membros da família	
			FA	FR %	FA	FR %
Masculino	158	50,8	7	11,1	151	60,9
Feminino	153	49,2	56	88,9	97	39,1
<b>TOTAL</b>	<b>311</b>	<b>100,0</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>	<b>248</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

#### 4.1.3. Tamanho e composição familiar

As famílias entrevistadas do Distrito de Cachoeira são constituídas, em média, de 3,94 pessoas por família. Segundo o IBGE (2002), a família brasileira diminuiu de 4,3 pessoas por família em 1981 para 3,3 pessoas em 2001. Portanto, as famílias pesquisadas estão compatíveis com estudo do IBGE, ainda mais se tratando da zona rural, onde esta média é maior se comparando com a família da zona urbana. A maior família de Cachoeira estudada é constituída de 10 pessoas.

TABELA 5 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS CHEFES DE FAMÍLIA SEGUNDO IDADE E SEXO

Idade	Masculino		Feminino	
	FA	FR (%)	FA	FR (%)
De 16 a 30 anos	7	11,1	6	9,5
De 31 a 45 anos	12	19,0	14	22,3
De 46 a 60 anos	8	12,7	8	12,7
Acima de 60 anos	2	3,2	6	9,5
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>46,0</b>	<b>34</b>	<b>54,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

A TABELA 5 demonstra que, dentre os chefes de família<sup>13</sup>, 54,0% são mulheres, o que vem ratificar que o número de mulheres responsáveis pelos seus lares tem aumentado. O censo do IBGE (2000) revela que em 1991, 18,1% dos

<sup>13</sup> Chefe de família entendido pela pesquisadora é aquele(a) que sustenta o lar sozinho(a) ou aquele(a) que arca com as despesas do lar, totalmente ou em grande parte, mesmo que tenha um companheiro(a).



chefes de famílias eram mulheres. O percentual passou para 24,9% em 2000 e a maior proporção de mulheres chefiando a casa ocorre no Nordeste com 25,9%. Nas famílias pesquisadas em Cachoeira, nota-se que este índice é bem mais elevado (54,0%).

Ainda, dados contidos na TABELA 5 mostram que o maior percentual dos chefes de famílias se encontra na faixa etária de 31 a 45 anos, com 41,2%, dos quais 22,3% são mulheres. A seguir, vem a faixa de 46 a 60, anos com 25,4% sendo chefes de família.

Segundo o IBGE (2000), as mulheres estão assumindo esse papel cada vez mais jovens. No Distrito de Cachoeira este quadro é atípico, pois, mesmo com um índice pequeno de diferença, os jovens de idade 16 a 30 anos têm um percentual maior como chefes de família (11,1%) do que as jovens (9,5%).

As mulheres mais velhas de Cachoeira é que estão assumindo o comando de seu lar com 9,5% e os homens apenas 3,2%. O Censo IBGE (2000) diz que, entre as 11,2 milhões de mulheres responsáveis por suas casas, 3,4 milhões (30,0%) têm mais de 60 anos.

O estado civil predominante é de pessoas casadas (76,0%), não necessariamente com registro oficial.

#### 4.1.4. Escolaridade

Os resultados apresentados na TABELA 6 demonstram que 25,4% não são alfabetizados, ou seja, se muito, assinam apenas o seu nome. Dentre as 16 pessoas neste estado, 6 se encontram na faixa etária de 46 a 60 anos (37,5%), 5 pessoas são maiores de 60 anos, o que equivale 31,2%, 2 pessoas então em idade de 31 a 45 anos (12,5%) e 3 (18,8%) estão na faixa de 16 a 30 anos.

TABELA 6 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS CHEFES DE FAMÍLIA SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO

Grau de Instrução dos Entrevistados	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Analfabetos /analfabetos funcionais	16	25,4
Ensino Fundamental incompleto	23	36,5
Ensino Fundamental completo	5	8,0
Ensino Médio incompleto	6	9,5
Ensino Médio completo	12	19,0
Ensino Superior completo/incompleto	1	1,6
TOTAL	63	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

Ainda se percebe que os totais de homens e mulheres não alfabetizado das famílias são iguais, porém as mulheres estão buscando mais a ascensão profissional por meio dos estudos, quando 5 dessas estão cursando ou já concluíram o nível superior, e somente 1 homem nessas condições, o que condiz com o Censo do IBGE (2000), ao identificar que as mulheres estão se escolarizando cada vez mais, e já são 23, 2% do total, diante de 20,1% no sexo masculino.

Observa-se que o ensino no Distrito de Cachoeira ainda é muito deficitário, sendo que um dos indicadores de pobreza é a baixa escolaridade. Todo país que busca se desenvolver deve ter como meta erradicar o analfabetismo, como também criar programas que vão além da alfabetização. Todo brasileiro deve concluir, no mínimo, o ensino médio, uma necessidade social da população de um país que quer progredir.

#### 4.1.5. Situação ocupacional

A situação ocupacional de Cachoeira já era esperada, ou seja, tipicamente agrícola, tanto os chefes de família como seus parceiros (49,2% e 58,3% respectivamente) são agricultores (TABELAS 7 e 8).



TABELA 7 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS CHEFES DE FAMÍLIA SEGUNDO A SITUAÇÃO OCUPACIONAL

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Agricultor	31	49,2
Empregado na indústria /comércio /serviços	10	15,9
Servidor público	7	11,1
Aposentado	12	19,0
Do lar	0	0,0
Desempregado /Não trabalha	1	1,6
Outros	2	3,2
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

TABELA 8 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS COMPANHEIROS SEGUNDO A SITUAÇÃO OCUPACIONAL

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Agricultor	28	58,3
Empregado na indústria /comércio /serviços	4	8,3
Servidor Público	2	4,2
Aposentado	2	4,2
Do lar	11	22,9
Desempregado /Não trabalha	0	0,0
Outros	1	2,1
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

Os chefes de família empregados em indústria, comércio ou serviços representam 15,9%, isto em virtude da existência de uma fábrica de calçados, que fica próximo da Sede. Observa-se que eles são chefes de família jovens. Percebe-se, ainda, que 19,0% dos chefes de famílias da comunidade vivem de aposentadoria.

Nesta pesquisa, faz-se uma referência aos agricultores, pelo fato de Cachoeira ser uma comunidade agrícola. Dos 31 agricultores, 14 não são alfabetizados (45,2%), 9 (29,0%) têm no máximo 4 anos de estudo, ou seja, fizeram até a 4ª série do ensino fundamental, e apenas 4 (13,0%) terminaram o ensino médio (FIGURA 2).

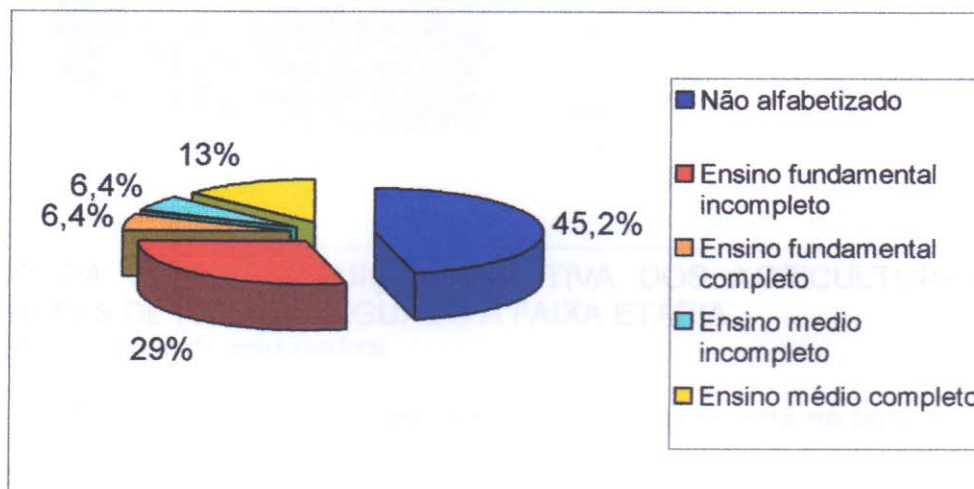


FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS AGRICULTORES CHEFES DE FAMÍLIA SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO

FONTE: Cálculo da pesquisadora

O percentual de brasileiros trabalhadores não alfabetizados e que tem menos de um ano de estudo caiu de 17,8% no ano 1992 para 11,4% em 2001, de acordo com estudo do IBGE (2002). Com base nesse estudo, o percentual de analfabetos de Cachoeira é muito significativo para um país que busca a erradicação do analfabetismo; sobretudo, porque vem acontecendo um crescimento gradual da proporção de pessoas com 11 anos ou mais de estudo, ou seja, até ensino médio. Em 1992, elas representavam 14,1% do total da população de mais de 10 anos de estudo. No ano de 2001 esse percentual subiu para 21,7%, sendo o progresso maior entre as mulheres (CENSO 2000), não diferenciando da comunidade de Cachoeira, onde, no item escolaridade, foi demonstrado que as mulheres estão buscando se capacitar mais que do os homens.



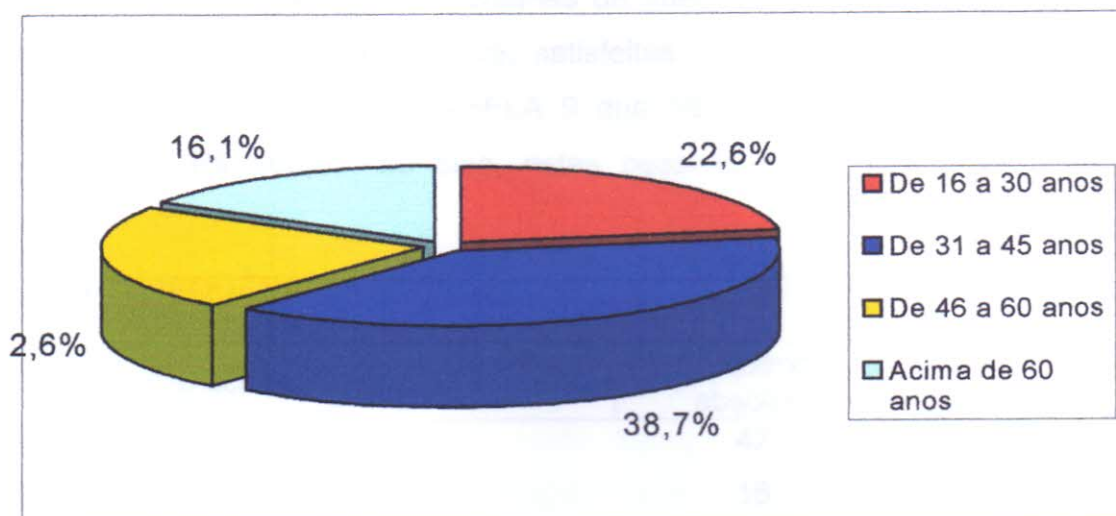


FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS AGRICULTORES CHEFES DE FAMÍLIA SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA

FONTE: Cálculo da pesquisadora

A maior frequência de agricultores de Cachoeira está na faixa etária de 31 a 45 anos, com 12 pessoas, representando 38,7%; em seguida, a idade de 16 a 30 anos e de 46 a 60 anos, com 7 (22,6%) pessoas em cada faixa; sendo os 5 (16,1%) agricultores de mais de 60 anos, dos quais 3 são aposentados (FIGURA 3).

Das 63 famílias estudadas, 15 não têm parceiros, mas têm um filho(a), um genro ou sobrinho que os ajudam nas despesas do lar. Curioso é que nenhum parceiro se encontra sem ocupação, todos, de uma forma ou de outra, estão ocupados. Dentre as outras profissões da família 1 é pastor evangélico e 2 são artesãos.

#### 4.1.6. Aspecto econômico

Para análise da renda, foram considerados os rendimentos agropecuários e não agropecuários, levando em conta a média mensal. Os resultados não foram satisfatórios, pelo contrário, a renda *per capita* da comunidade de Cachoeira é extremamente baixa.

Sabe-se que todo ser humano em primeiro lugar busca saciar suas necessidades básicas, que são alimento e habitação, entre outras, sentir-se seguro, protegido. Ora, se não conseguem nem satisfazer estas mínimas necessidades, como pensar em atender outras necessidades? Há de se refletir na noção de que, consoante Maslow (2000), as necessidades básicas se manifestam em primeiro

lugar, e as pessoas procuram contentá-las de imediato, portanto, só pensam em cumprir as demais<sup>14</sup>, quando estas estão satisfeitas.

Então, verifica-se na TABELA 9 que 66,7% das famílias pesquisadas vivem com até R\$ 100,00, ou seja, estas pessoas estão abaixo da linha da pobreza<sup>15</sup>.

TABELA 9 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A RENDA PER CAPITA

Discriminação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Até R\$ 100,00	42	66,7
Entre R\$ 101,00 e R\$ 200,00	16	25,4
Entre R\$ 201,00 e R\$ 300,00	3	4,7
Entre R\$ 301,00 e R\$ 400,00	1	1,6
Entre R\$ 401,00 e R\$ 500,00	1	1,6
Acima de R\$ 500,00	0	0,0
TOTAL	63	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

Consta de um estudo do IPEA<sup>16</sup> o fato de que, de 1995 a 1999, o percentual de pobres no Brasil manteve-se estável, no entanto, o número de pobres aumentou, pois a população brasileira cresceu. Este estudo faz distinção entre pobres e indigentes. Pobres são aquelas famílias com renda *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para suprir suas necessidades básicas, principalmente de alimentação, moradia, transporte e vestuário. A classificação de indigência, portanto, não chega nem a isso, pois a sua renda *per capita* não ultrapassa R\$ 60,00. O trabalho ainda revela que 14,0% da população brasileira em 1999 viviam abaixo da linha de indigência, e 34,0% abaixo da linha da pobreza. Enquanto esse contingente

<sup>14</sup> Para MASLOW (2000), as necessidades do ser humano dividem-se em cinco grupos e se dispõem em hierarquia, a saber: 1) necessidades básicas, que são alimento, abrigo, repouso, sexo e outras; 2) necessidades de segurança, necessidade de proteção contra ameaças, como a perda de emprego; 3) necessidades sociais, necessidades de amizade, de afeto, de integração e aceitação na sociedade; 4) necessidade de estima, ter auto estima, e estima por parte dos outros; 5) necessidade de auto-realização, necessidade de autodesenvolvimento pessoal, profissional, intelectual e espiritual.

<sup>15</sup> Segundo Relatório do Desenvolvimento Humano (1997), linha de pobreza indica insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de alimentação. É utilizada pelo Banco Mundial para comparações internacionais, a linha de pobreza estabelecida em 1 dólar norte-americano por dia (renda *per capita*). Para a América Latina e Caribe é sugerida uma linha de pobreza de 2 dólares norte-americanos por dia.

<sup>16</sup> Pesquisa feita por Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulado *Estabilidade inaceitável*, comentada pelo jornalista Valdez Caetano em 26 de junho de 2001.



de 14,0% da população passa fome, outros 10,0% mais favorecidos concentram 50,0% da renda nacional. A pirâmide inverte-se justamente entre os 50,0% mais pobres, que detêm apenas 10,0% da renda.

Ainda de acordo com os dados do IPEA (2000), 58,0% dos cearenses vivem abaixo da linha da pobreza. De 7,1 milhões de cearenses, 4,1 milhões são pobres, e mais da metade foram classificados como indigentes, ou seja, 2,2 milhões, mas a renda *per capita* saltou de R\$ 118,00 para R\$ 161,00.

A renda *per capita* do Distrito de Cachoeira é de **R\$ 93, 37**, muito abaixo da renda dos cearenses, portanto, estão abaixo da linha da pobreza e se aproximando da linha de indigência. Comparando a renda *per capita* dos cearenses com a população estudada, observa-se que estes percebem o equivalente a 58% de R\$ 161,00.

Observando a renda *per capita* da amostra pesquisada de Cachoeira, faz-se uma reflexão: alguns entrevistados em certos momentos ficaram pensativos quanto à resposta sobre sua renda; muitos perguntaram se os entrevistadores tinham alguma ligação com os benefícios federais, como a bolsa-família, fazendo-se pensar que as respostas referentes à renda podem não ser totalmente verdadeiras.

A TABELA 9 mostra que as pessoas de 5 famílias das 63 pesquisadas, percebem mais de R\$ 200,00 por pessoa (renda *per capita*), com o percentual de 7,9%.

Como a maioria das famílias é de agricultores, e deles provêm a menor renda, atribui-se este resultado à falta de incentivo, como crédito rural, assistência técnica, além dos problemas da natureza, como um clima semi-árido e escassez de recursos hídricos e ainda a falta de políticas públicas locais, voltada às necessidades destes sujeitos. Estes fatores inviabilizam a eficiência e eficácia da agricultura familiar, pois muitas vezes, o que é colhido não supre nem as necessidades da família, quanto mais para permitir a venda do excedente!

#### 4.1.7. Condições de moradia

Todas as entrevistas foram realizadas na residência do entrevistado, portanto, o entrevistador observou as condições da residência.

A pesquisa constatou que, no aspecto moradia, as famílias de Cachoeira, na sua grande maioria têm casas regulares, morando em condições dignas. Todos têm energia elétrica, 95,2% moram em casas próprias, e apenas 1 pessoa das entrevistadas mora em um barraco (1,6%). Quanto ao tipo de construção, 88,9% têm casas feitas de tijolos e rebocadas, 6,3% ainda moram em casa de taipa e 4,8% em casa de madeira. O piso na sua maioria é de cimento (82,5%) (TABELA 10).

Quanto ao acesso ao serviço de telefonia, há 6 "orelhões" que servem as 184 famílias, ou seja, em número suficiente, porém, mal distribuídos, ou seja, muito próximos um do outro. Não há cobertura de telefonia celular.

TABELA 10 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO CONDIÇÕES DE MORADIA

Discriminação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
<b>Condições de moradia</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>
• Própria	60	95,2
• Alugada	2	3,2
• Cedida	1	1,6
<b>Tipo de domicílio</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>
• Casa	62	98,4
• Barraco	1	1,6
• Cômodo	0	0,0
<b>Tipo de construção</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>
• Alvenaria	56	88,9
• Taipa	4	6,3
• Madeira	3	4,8
<b>Tipo de piso</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>
• Lajota	3	4,8
• Chão de cimento	52	82,5
• Chão batido	8	12,7
<b>Fonte de energia</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>
• Energia elétrica	63	100,0
• Lâmpião /outros	0	0,0

FONTE: Dados da pesquisa



#### 4.1.8. Condições sanitárias

A TABELA 11 mostra os resultados referentes às condições sanitárias: 100,0% dos moradores da comunidade de Cachoeira não têm saneamento básico, ou seja, não tem rede de esgoto, portanto o destino dado aos dejetos, para 60 destas famílias (95,2%), é a fossa e para as outras 3 (4,8%), os dejetos são jogados a céu aberto.

A coleta de lixo no Distrito de Cachoeira ocorre da mesma forma que na zona urbana, ou seja, passa um carro de lixo duas vezes por semana na comunidade. Quando se pergunta qual o destino do lixo, eles não sabem responder.

O mais preocupante em relação a este item é que 60,3% dos domicílios pesquisados não dispensam nenhum tratamento a água, e ainda mais que a água que abastece Cachoeira é vinda do açude, que não é tratada. Este é um fator de aquisição de doenças como verminoses, problemas de pele etc. Quando são questionados sobre os malefícios causados pela água não tratada, nota-se que estão informados, mas pareceu não se importarem.

TABELA 11 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS

Discriminação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
<b>Destino dado aos dejetos</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>
• Rede de esgoto	0	0,0
• Fossa	60	95,2
• Jogado a céu aberto	3	4,8
<b>Acesso a coleta de lixo</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>
• Sim	63	100,0
• Não	0	0,0
<b>Condições da água para consumo</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>
• Fervida, filtrada ou hipoclorito de sódio	25	39,7
• Nenhum tratamento	38	60,3

FONTE: Dados da pesquisa

#### 4.1.9. Acesso a bens duráveis

Este item se refere à aquisição de bens domésticos das famílias 10 anos antes e agora<sup>17</sup>, as quais são mostradas na TABELA 12.

O televisor, o fogão e o rádio/aparelho de som foram os bens mais adquiridos pelas famílias estudadas, saltando de 23,8% para 77,8%, 39,7% para 92,1% e 38,1% para 77,8%, respectivamente. Em seguida, vem a geladeira, com 17,5% para 50,8%. Este fenômeno pode ser atribuído à diminuição dos preços dos eletrodomésticos, decorrente da estabilidade financeira, com o Plano Real.

Ratifica-se o fato de que, no Distrito de Cachoeira, mais da metade dos domicílios estudados não têm o hábito de tratar sua água, pois nem o filtro eles adquirem. Sabe-se que não é por falta de renda; se assim o fosse não teriam televisor, fogão, rádio, geladeira, que são bens mais caros. Para a pesquisadora, é uma questão de prioridade, portanto, consumir água tratada, para essas famílias, definitivamente não há interesse. E ainda observou-se que 2 famílias tinham filtro, mas faltava alguma peça, como a pedra para utilizá-lo, com isso, o filtro estava encostado.

Também tiveram um bom salto os itens de imóveis, de 47,6% para 95,2%, como também a aquisição de animais, como galinhas, porcos, bois, jumentos; este acréscimo foi de 23,8% para 38,1%.

O transporte mais utilizado de locomoção dentro da localidade é a bicicleta, pois 74,6% das famílias fazem uso deste veículo. Um domicílio tem carro, porém há 10 anos 4 famílias tinham carro e ninguém tem moto.

---

<sup>17</sup> Este "Agora" se refere ao dia que foi realizado a pesquisa (junho /2004).



TABELA 12 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO AO ACESSO A BENS DURÁVEIS

Discriminação	10 anos antes		Agora	
	Sim		Sim	
	FA	FR%	FA	FR%
Televisor	15	23,8	49	77,8
Rádio/ aparelho de som	24	38,1	49	77,8
Geladeira	11	17,5	32	50,8
Fogão	25	39,7	58	92,1
Bicicleta	30	47,6	47	74,6
Sofá	5	7,9	16	25,4
Cama / colchão	26	41,3	52	82,5
Filtro de água	33	52,4	32	50,8
Mesa	46	73,0	57	90,5
Máquina de costura	33	52,4	29	46,0
Carro	4	6,3	1	1,6
Bens imóveis	30	47,6	60	95,2
Animais	15	23,8	24	38,1

FONTE: Dados da pesquisa

O indicador de satisfação mostra que, em relação às condições de moradia, condições sanitárias e acesso a bens duráveis, os pesquisados têm média satisfação com 63%, 10 pessoas (16%) estão insatisfeitas e 13 (21%) estão satisfeitas conforme TABELA 13.

TABELA 13 – NÍVEL DE SATISFAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MORADIA, CONDIÇÃO SANITÁRIA E ACESSO A BENS DURÁVEIS DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS DE CACHOEIRA

Nível de satisfação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Alta satisfação	13	20,7
Média satisfação	40	63,4
Baixa satisfação	10	15,9
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

## 4.2. Análise de capital social

Capital social é um tema de muito interesse acadêmico, até porque os autores estudiosos deste assunto vêm no fortalecimento das relações sociais uma saída para a diminuição das desigualdades sociais.

O índice de capital social, que é a origem da existência deste trabalho, é uma tentativa de compreender os laços sociais da comunidade do Distrito de Cachoeira, trazendo reflexões acerca da relação do capital social no desenvolvimento da comunidade. Portanto, a discussão e análise deste índice é o mais importante neste estudo, pois vem ser a resposta do objetivo geral, com base no universo pesquisado.

Nesta pesquisa, foram considerados os indicadores que compõem o ICS: participação social, confiança individual, confiança política e valores, ressalta-se que apesar de a cooperação, uma das bases do capital social, não ser um indicador, mas esta é percebida nas variáveis que compõem os indicadores.

### 4.2.1. Indicador de participação social – *lps*

O indicador participação do Distrito de Cachoeira, através da amostra da população da comunidade estudada foi **0,436**, portanto está classificado como um indicador baixo. Foram utilizadas para medir o referido indicador 7 variáveis.

Quando perguntados se alguém da família pesquisada faz parte de algum grupo, 27 (42,9%) dos entrevistados responderam que não participam de nenhum grupo na comunidade, mas 36 (57,1%) declararam participar.

A TABELA 14 mostra que dos 57,1% das famílias que participam de alguma atividade comunitária, 64,0% fazem parte da Associação Comunitária existente na comunidade, 39,0% do Grupo Religioso, isto somando os percentuais dos que participam dos dois grupos. Já as pessoas que fazem parte do Comitê Agrícola têm uma pequena participação (11,1%), talvez em razão de problemas com a Presidência, pois, segundo algumas informações, este Comitê Agrícola já foi bastante atuante. Apenas 5,6% dos entrevistados pertencem ao Grupo da Melhor Idade.



TABELA 14 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DAS FAMÍLIAS QUE PARTICIPAM DE ATIVIDADE COMUNITÁRIA

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Associação	16	44,5
Grupo Religioso	7	19,5
Comitê Agrícola	4	11,1
Grupo da Melhor Idade	2	5,6
Dois grupos (*)	7	19,5
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>100,0</b>

(\*) Os dois grupos do qual as pessoas participam são: Associação e Grupo Religioso.  
 FONTE: Dados da pesquisa

Outra variável importante para mensurar o indicador de participação é a frequência às reuniões por aqueles que estão envolvidos em algum tipo de grupo na comunidade de Cachoeira. Dos 36 entrevistados, que participam de reuniões, 50,0% as frequentam sempre, 38,9% na maioria das vezes participam das reuniões e apenas 11,1% só se fazem presentes, quando o assunto é de seu interesse (TABELA 15).

TABELA 15 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DAS FAMÍLIAS QUE PARTICIPAM DAS REUNIÕES DO GRUPO

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)
Sempre	18	50,0
Na maioria das vezes	14	38,9
Apenas quando o assunto interessa	4	11,1
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

Apenas 13 pessoas das famílias entrevistadas têm atitudes voluntárias. Voluntário, segundo o Dicionário de Aurélio, é aquele que age espontaneamente, por vontade própria, sem coação. Uma comunidade deve ter essa visão, mas sem deixar ser explorada, pois ser voluntário também tem um outro lado: fazer um trabalho que deveria ser pago e o Estado sabiamente reduz seus custos através do voluntariado.

A maioria dos moradores de Cachoeira não participa de qualquer grupo de fora da sua comunidade (93,6%), apenas 4 pessoas disseram que sim, perfazendo um percentual de 6,4%.

Quando foram questionados se têm amigos em quem podem confiar, apenas 12,7% disseram que não, 22,2% têm muitos amigos e 65,1% têm poucos ou mais ou menos amigos TABELA 16. As pessoas estudadas de Cachoeira têm poucos amigos com os quais podem contar em uma necessidade, apenas 14, num universo de 63 entrevistados.

TABELA 16 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O NÚMERO DE AMIGOS

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)
Muitos	14	22,2
Poucos	20	31,8
Mais ou menos	21	33,3
Nenhum	8	12,7
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

Quando perguntados se estes amigos são capazes de ajudar no que for preciso, inclusive emprestando dinheiro, 76,2%, ou seja, 48 dos entrevistados, responderam que definitivamente os seus amigos os ajudariam, 11,1% não tem certeza de ter amigos e 12,7% crêem que definitivamente não tem amigos (TABELA 17).

TABELA 17 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O GRAU DE AMIZADE VERDADEIRA

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)
Definitivamente	48	76,2
Não tem certeza	7	11,1
Definitivamente não	8	12,7
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

Portanto, por meio da análise ora demonstrada, compreende-se o porquê de o indicador de participação estar classificado como baixo, pois a comunidade tem ainda uma participação muito tímida, apesar de ser uma comunidade prestativa,



calorosa, acolhedora, mas ainda precisa melhorar muito, precisa tomar mais consciência da importância da organização social para o seu progresso.

Alguns autores acreditam que a escolaridade é um fator que afeta o grau de participação, principalmente em atividades políticas e sociais; dizem ainda que, com o aumento do número de anos de estudo, cresce gradativa e regularmente a proporção de pessoas que participam de atividades que dizem respeito ao coletivo.

A Associação e o Comitê Agrícola existentes na comunidade não têm estado na ativa. Mesmo quando há reuniões, os participantes pouco tomam decisões. “A qualidade de decisões obtidas por meio da participação sempre dependerá do grau de capacitação da comunidade” (BANDEIRA, 1999, p. 31).

Convém evidenciar que o conceito de participação adotado pelo Banco Mundial<sup>18</sup> é “um processo pelo meio do qual os indivíduos e as instituições afetadas por iniciativas de desenvolvimento podem influenciar a tomada de decisões dos recursos relacionados com essas iniciativas”.

Para que haja promoção do desenvolvimento, é imprescindível que os sujeitos sociais se articulem, se unam, e isto não acontece sem participação. Bandeira (1999 p. 10) diz que uma das linhas de argumentação que vincula a participação à acumulação de capital social é

o capital social [...] que é composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para colaboração e para empreender ações coletivas – constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento.

Bandeira (1999) quer dizer que se em uma comunidade há sujeitos sociais empenhados no progresso local, é porque eles participam e inevitavelmente promovem o desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento nacional, regional ou local está vinculado ao nível de participação das pessoas, pois, quanto menor este nível, menor o progresso, quanto maior, maior a possibilidade de desenvolvimento econômico, social e político.

A falta de participação de uma sociedade é apontada pela literatura de instituições, principalmente internacionais, como uma das maiores causas de fracasso de políticas públicas, de projetos e programas, sendo incapazes de alcançar os objetivos propostos.

---

<sup>18</sup> Site do Banco Mundial: <http://www.obancomundial.org>, acessado em janeiro de 2005.



A pesquisadora tem observado, em trabalhos comunitários no Maranhão, que muitos projetos do Estado financiados pelo Banco Mundial, a fundo perdido como casa de farinha, usina de arroz e outros não são utilizados pela comunidade, se deteriorando. Há duas questões suscitadas pelas próprias comunidades: a primeira é a falta de consulta em relação ao projeto levado a estes, ou seja, a definição do que a comunidade precisa não parte deles, mas sim, resulta de decisões tomadas de cima para baixo, inviabilizando o projeto, e perda para a comunidade; a outra questão é a falta de união dos sujeitos sociais. A solução chama-se participação e quando esta existe, os projetos são demandados pelas pessoas que vivem aquela realidade. Portanto, a incompatibilidade de ações do poder público e comunidades que não têm o hábito de participação têm como consequência a falta de envolvimento, que impossibilita alcançar os objetivos propostos, aumentando o risco destes projetos se tornarem efêmeros, envolvendo grande desperdício de recursos.

Bandeira (1999) alerta para a importância da promoção de articulação entre os sujeitos sociais, fortalecendo a coesão da comunidade e melhorando a qualidade das decisões, assim tornando mais fácil o alcance de objetivos de interesse comum. As práticas participativas, no entanto, não podem ser encaradas como procedimentos infalíveis, capazes de sempre proporcionar soluções adequadas para os problemas comunitários, havendo outros fatores aliados à participação para que as relações sociais comunitárias possam ser eficientes e eficazes, como a confiança, objeto de estudo do próximo item.

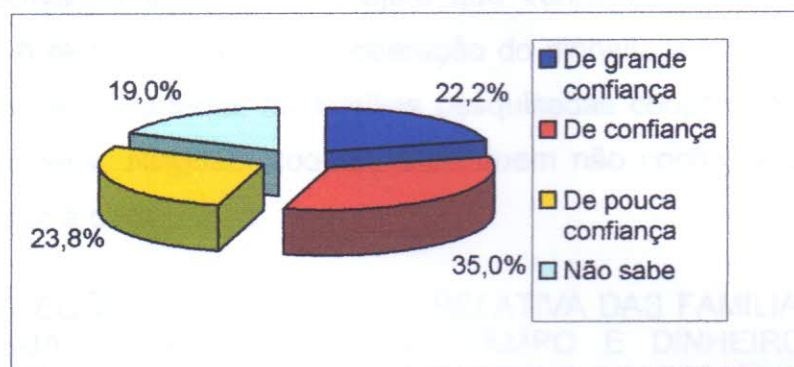
#### 4.2.2 - Indicador de confiança individual - *Ici*

Analisando o grau de confiança individual, ou seja, o grau de confiança das pessoas em outras pessoas da comunidade de Cachoeira, este se revela bastante promissor, pois o indicador de confiança individual é **0,751**. Este resultado diz que o grau de confiança da comunidade pesquisada é médio, aproximando-se da classificação alta. Foram utilizados 7 variáveis para encontrar este indicador.

Quando dos questionamentos em relação à confiança da maioria das pessoas na comunidade, a FIGURA 4 demonstra que 22,2% dos entrevistados crêem que a maioria dos moradores de Cachoeira é de grande confiança, 35%



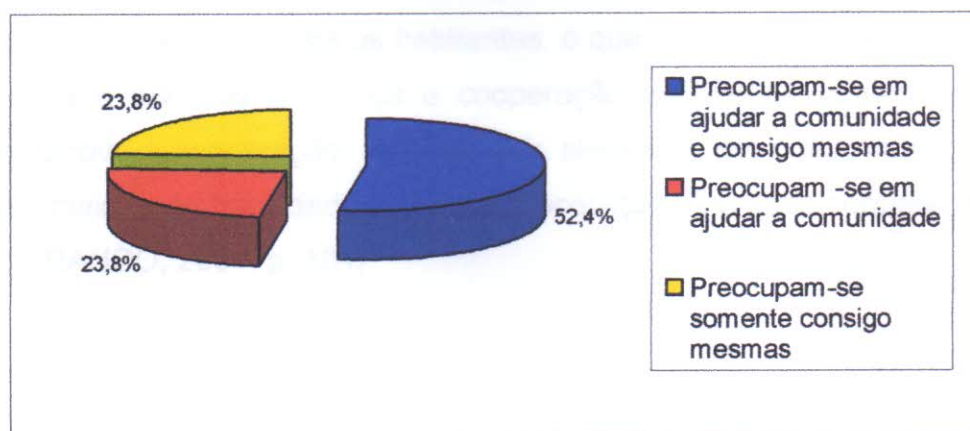
crêem que eles são de confiança, logo, a maioria acredita que as pessoas da comunidade são de confiança (57,2%) e 23,8% julgam que estas são de pouca confiança e 19,0% não sabem se são ou não de confiança.



**FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO À CONFIANÇA NAS PESSOAS DA COMUNIDADE**

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados mostram que 52,4% dos entrevistados se preocupam em ajudar a comunidade e a si mesmo; 23,8% se preocupam em ajudar somente a comunidade; somente 23,8% têm o sentimento individualista, pensam somente em si próprios, não se importando com o coletivo: o que importa é que eles e sua família estejam bem, como é apresentado na FIGURA 5.



**FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO A PREOCUPAÇÃO DAS PESSOAS EM AJUDAR A COMUNIDADE**

Fonte: Dados da pesquisa

Ainda em relação ao que acreditam nas pessoas do Distrito de Cachoeira, os resultados demonstram que 57,1% reconhecem que as pessoas são justas umas

com as outras e 42,9% dos entrevistados crêem que de uma forma ou de outra as pessoas tiram vantagens uma das outras.

A TABELA 18 indica que 85,7% e 90,5% contribuiriam com tempo e dinheiro, respectivamente, para um projeto que venha beneficiar a comunidade como um todo. A ressalva quanto à cooperação do dinheiro é que eles emprestam se realmente tiverem. Portanto, as famílias pesquisadas cooperariam para o bem comum de Cachoeira. Ninguém coopera com quem não confia; a confiança esta intimamente ligada à cooperação.

TABELA 18 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO SUA CONTRIBUIÇÃO COM TEMPO E DINHEIRO PARA UM PROJETO QUE VENHA BENEFICIAR O COLETIVO

	Tempo		Dinheiro	
	FA	FR (%)	FA	FR (%)
SIM	54	85,7	57	90,5
NÃO	9	14,3	6	9,5
TOTAL	63	100,0	63	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

Confiança requer estabilidade, e o conhecimento de anos das famílias de Cachoeira reforça os laços de confiança mútua e, conseqüentemente, os mecanismos de cooperação entre os habitantes, o que reduz as incertezas e reforça cada vez mais o nível de confiança e cooperação no interior da população. "A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o grau de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. A própria cooperação gera confiança" (FRANCO, 2001, p. 104).



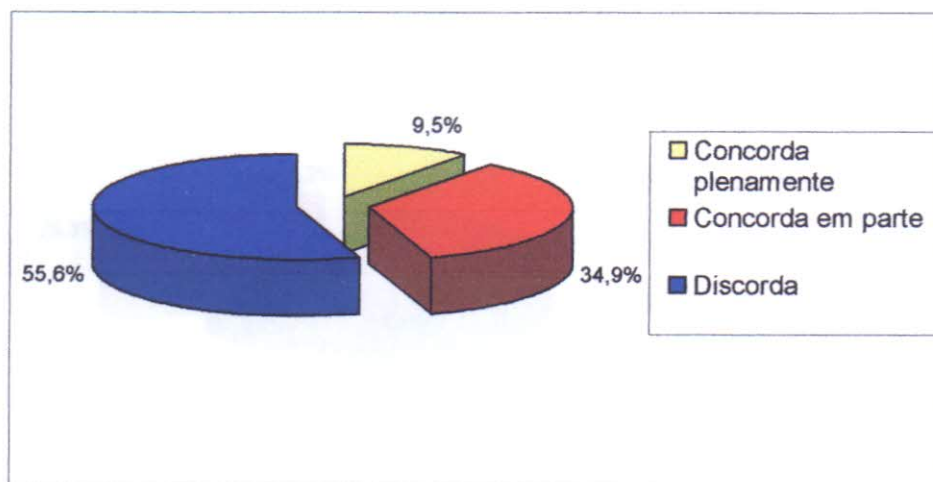


FIGURA 6 - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS ENTREVISTADOS QUANTO AO PENSAMENTO DAS PESSOAS DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO A PRIMEIRO TOMAR CONTA DO QUE É SEU PARA DEPOIS AJUDAR OS OUTROS

Fonte: Dados da pesquisa

Na FIGURA 6, predomina o espírito coletivo da comunidade, quando 55,6% discordam da idéia de que em primeiro lugar deve-se cuidar do que é deles para depois pensar em ajudar os outros. Aqueles que concordam em parte equivalem a um percentual de 34,9% do universo pesquisado e somente 9,5% têm um espírito mais individualista.

A FIGURA 7 demonstra que 92,0% da amostra populacional definitivamente e/ou provavelmente emprestaria dinheiro e/ou ajudaria no que fosse necessário às pessoas da comunidade, com a mesma ressalva quando da ajuda de um projeto com dinheiro; se realmente tiver a quantia, empresta sem nenhum problema. Como se observa, apenas 3,2% não emprestaria e 4,8% fica na dúvida se deve ou não emprestar.

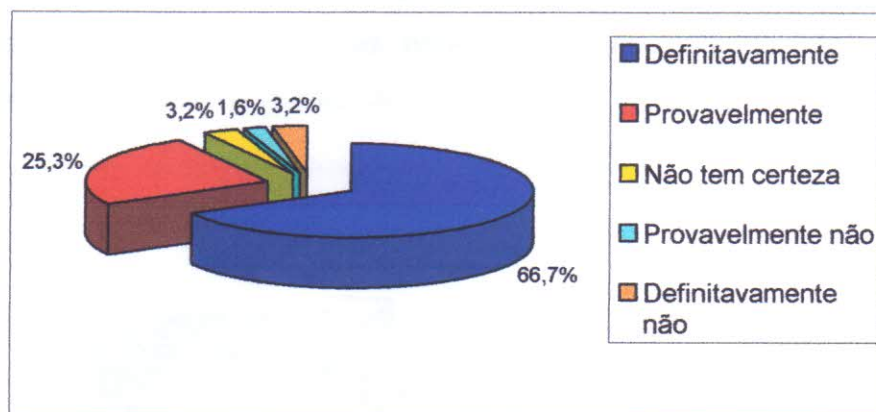


FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO SE PESSOAS DA COMUNIDADE EMPRESTARIAM DINHEIRO

Fonte: Dados da pesquisa

O Distrito de Cachoeira tem o indicador de confiança médio, por conseguinte, leva a crer que a maioria das pessoas acreditam uns nos outros. Analisando subjetivamente este Distrito, pode-se dizer que é uma comunidade estável onde as pessoas já moram há décadas, pois é um lugar tradicional, onde os mais novos também vão ficando e formando família com pessoas do próprio lugar, assim passando de geração a geração. Dos entrevistados, apenas uma família se mudou há pouco tempo para Cachoeira, assim mesmo, porque tem raízes na comunidade.

O que torna possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem no bem da coletividade é o sentimento de confiança mútua entre os indivíduos que constituem a comunidade. A não-existência de confiança faz com que as pessoas estejam pouco propensas a relacionarem-se de forma colaborativa.

#### 4.2.3 Indicador de Confiança Política – *Icp*

Este indicador foi encontrado por meio de 13 variáveis, e trata desde o envolvimento político da amostra pesquisada até o grau de confiança dos sujeitos sociais em relação às instituições e às pessoas investidas de cargos.

A FIGURA 7, que trata do interesse da comunidade pela política, demonstra que a maioria não se interessa por política, ou seja, não se incomoda se A ou B ou C é eleito.



Com um percentual de 6,3%, os entrevistados responderam que têm interesse pela política, 42,6% têm um pouco interesse e 51,1% não manifestam nenhum interesse pela política (FIGURA 8)

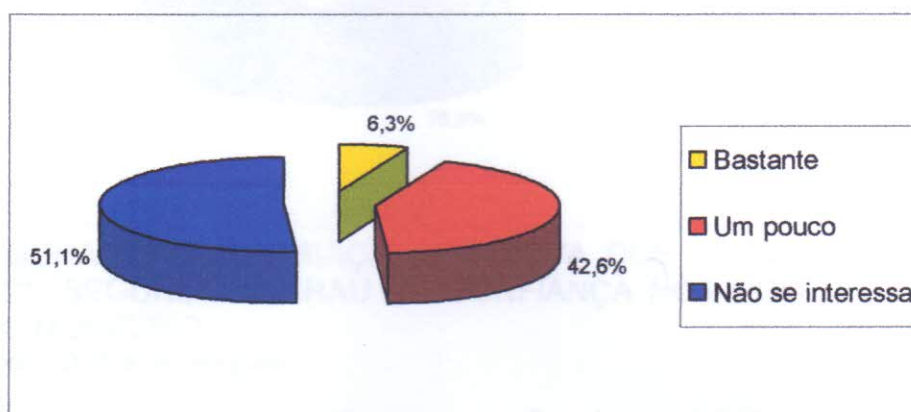


FIGURA 8 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O GRAU DE INTERESSE POLÍTICO

Fonte: Dados da pesquisa

Ratificando a falta de interesse pela política partidária, também é baixa a taxa de pessoas pesquisadas que fazem campanha para os seus candidatos, 20,6%. Destes, a maioria só se envolve na política quando tem algum parente próximo ou um grande amigo como candidato.

O resultado encontrado no Distrito de Cachoeira traz uma reflexão baseada em experiências empíricas, de que, quanto menor a comunidade, maior envolvimento político, e as famílias se põem de um lado ou de outro em época em campanha.<sup>19</sup> A comunidade de Cachoeira, pelo que demonstra a pesquisa, é uma comunidade que não tem participação na política. Este resultado prova, na prática, quando nesta população não há representante político na Câmara dos Vereadores de Maranguape.

Quando se considera o grau de confiança desta comunidade nos seus políticos, entende-se que a maioria dos entrevistados confia mais ou menos, com um percentual de 76,6%. Este resultado continua ratificando o mínimo de envolvimento desta sociedade. Os que realmente confiam em seus políticos representam somente 4,8%, e os que não confiam 18,6% conforme FIGURA 9.

<sup>19</sup> Esta é uma percepção da autora, que tem vivência política em municípios de pequena população.

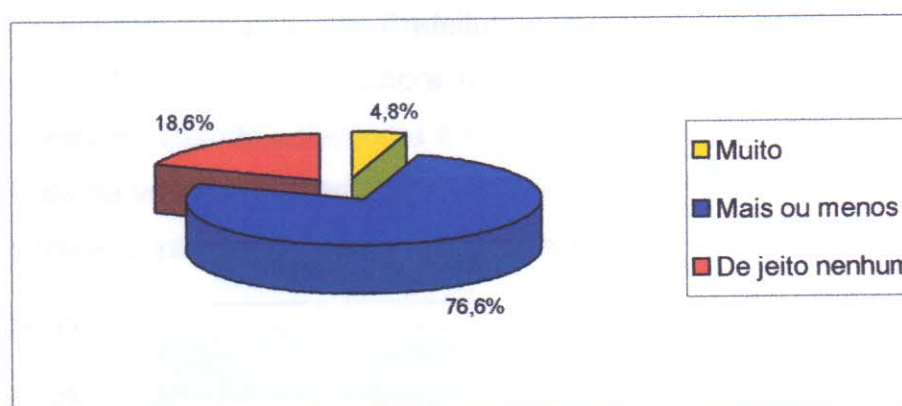


FIGURA 9 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O GRAU DE CONFIANÇA NOS POLÍTICOS DO MUNICÍPIO

Fonte: Dados da pesquisa

Se referido ao grau de preocupação de prefeitos e vereadores da comunidade, foi notado que apenas 6,3% têm muita confiança tanto no prefeito como nos vereadores. E os resultados ainda demonstram que 68,3% e 73% dos entrevistados têm mais ou menos confiança no prefeito e vereadores, respectivamente. Os que não têm confiança nos seus governantes (prefeito e vereadores) equivalem a 14,2% e 12,7%, e os que não sabem se têm ou não confiança são 11% e 8%, respectivamente (TABELA 19).

TABELA 19 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O QUE PENSAM SOBRE O GRAU DE PREOCUPAÇÃO DE PREFEITO E VERADORES COM A COMUNIDADE

Discriminação	PREFEITO		VEREADORES	
	FA	FR	FA	FR
Muito	4	6,3	4	6,3
Mais ou menos	43	68,3	46	73,0
De jeito nenhum	9	14,3	8	12,7
Não sabe	7	11,1	5	8,0
TOTAL	63	100,0	63	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

A FIGURA 10 mostra com especificidade o grau de confiança nas lideranças políticas e comunitárias de Cachoeira, onde 85,7% das pessoas pesquisadas confiam na Igreja, seguido do líder comunitário, com 79,5%. Associação comunitária detêm 56,3% da confiança dos pesquisados. Os entrevistados confiam menos na Câmara dos Vereadores (14,1%), confirmando os



resultados anteriores, seguidos da Prefeitura (28,5%) e dos vereadores (36,5%). Vale ressaltar a diferença que a autora fez da Câmara dos Vereadores, com os próprios vereadores: quando a pergunta é feita para os pesquisados, ficou claro que, quando se trata de vereador, referia-se ao vereador da simpatia do entrevistado, e a Câmara dos Vereadores são todos os vereadores que a constituem.

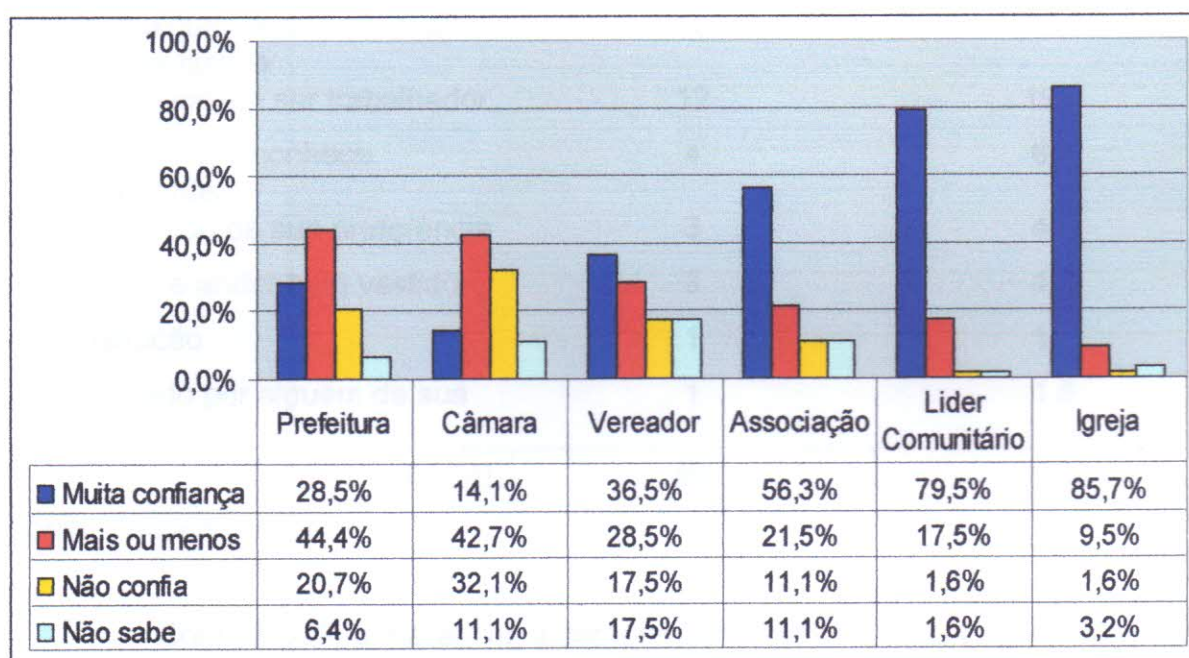


FIGURA 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O GRAU DE CONFIANÇA NAS LIDERAÇÕES LOCAIS

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto a confiar mais ou menos nestes líderes, ou seja, confiam, desconfiando, a Igreja teve a menor rejeição, com 9,5%, seguida da líder, 17,5%, associação, 21,5%, vereador, 28,5%, Prefeitura e Câmara, 44,4% e 42,7%, respectivamente. Apenas uma pessoa das entrevistadas não confia na Igreja e no líder da comunidade. Um percentual maior dos que não confiam de forma alguma ficou para a Câmara dos Vereadores.

Em se tratando de prefeitos e vereadores, o resultado foi muito parecido, podendo-se afirmar uma certa rejeição quanto ao grau de confiança da comunidade para com estes.

Para a comunidade de Cachoeira, a característica mais importante para conquistar o seu voto é ser da comunidade (TABELA 20). O escore desta variável foi atribuído pelos próprios entrevistados, levando em conta seu grau de importância.

TABELA 20 – FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO AS CARACTERÍSTICAS MAIS IMPORTANTES EM UM CANDIDATO PARA QUE CONQUISTE O VOTO DA COMUNIDADE DE CACHOEIRA

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ser da comunidade	24	38,0
Ter feito algum favor para si e/ou para a sua família	15	23,8
Ter experiência e ser trabalhador	12	19,0
Ser alguém que conhece pessoalmente	4	6,4
Ser do partido de sua preferência	3	4,8
Falar bem e andar bem vestido	3	4,8
Ter instrução	1	1,6
Ser indicado por alguém de sua confiança	1	1,6
TOTAL	63	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

Com 38% de preferência, a característica mais importante para conquistar o voto dos entrevistados é ser da comunidade, seguida de 23,8%, para aqueles que já fizeram algum favor ou para si ou para alguém de sua família e 19,0% para o fato de ter experiência e ser trabalhador. Ter instrução e ser indicado por alguém de sua confiança não tem importância para esta comunidade. Dos 63 entrevistados, 4 pessoas reconheceram como característica fundamental para ser votado alguém que o conheça pessoalmente (6,4%).

Ainda como sua segunda opção, apenas uma pessoa disse que era importante a honestidade como qualidade de um candidato.



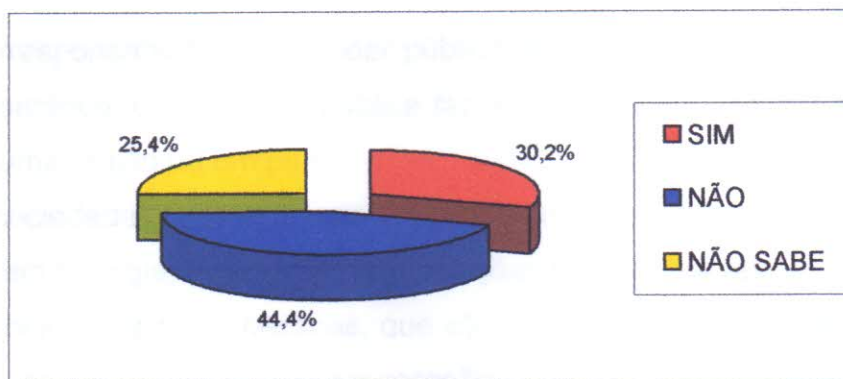


FIGURA 11 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO SE A COMUNIDADE JÁ SOFREU PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

Fonte: Dados da pesquisa

Testando o nível de envolvimento da comunidade, percebe-se que 25,4% não sabem se já houve algum tipo de perseguição política à sua comunidade. Um percentual alto, pois quem mora em um lugar por anos e anos e não percebe se sofreu algum tipo de transtorno político, pode ser por não ter consciência de participação política, e conseqüentemente, não ter essas informações. Ainda 30,2% dizem que sofreram algum tipo de perseguição política, mas 44,4% dizem que não (FIGURA 11).

O indicador de confiança política apresentou um resultado médio, **0,596**, mas ainda longe de um resultado que venha interferir de forma substancial na qualidade de participação política e, conseqüentemente, ter a gestão que queiram, voltada para o bem comum.

Vale ressaltar que a elevação deste resultado se encontra nas variáveis quanto ao grau de confiança da Igreja, líder e associação, que foram muito bons; porém, se retirar estas variáveis, este indicador cai para 0,489. Portanto, o incremento com estas variáveis é de 0,107, o que faz grande diferença, passando de uma classificação média para baixa.

Segundo alguns estudos mais recentes, a confiança política, ou seja, a confiança nos governantes, nos agentes políticos, líderes, situa-se numa dimensão diferente da confiança interpessoal. O interesse manifestado pelos cidadãos na vida política do País varia quanto à educação e condição de vida. “Os cidadãos mais pobres e menos educados são os mais ativos participantes de grupo comunitário, mas demonstram pouco comprometimento com as lideranças democráticas” (LOPES, 2003, p.113), ou seja, “participam”, mas não são envolvidos, um “participar” com poucas tomadas de decisões.

A irresponsabilidade do poder público gerada ao longo de muitos anos e falta de transparência com a coisa pública fazem aumentar a desconfiança de uma comunidade, uma região ou um país.

A sociedade, o Estado e governo podem atuar conjuntamente, de forma congruente e em sinergia, apesar das suas funções serem distintas.

A solução está nas pessoas, que são sujeitos de sua própria realidade. O capital social tem em sua base a cooperação e a confiança entre as pessoas e instituições; para isso o Estado precisa ter mais responsabilidade em suas atitudes morais.

Outro fator que diminui a confiança política é a lentidão nas tomadas de decisões, e isto causa um elevado custo, financeiro e político, caracterizado pela não-governabilidade.

Ainda, o protecionismo relacionado com o Estado, no sentido de que as coisas só andam para uma determinada comunidade se esta tem alguém com influência na instituição. E mais: a vontade popular não está de acordo com a vontade dos governantes, aumentando a distância entre sociedade e governo. Logo, é emergencial que o Estado tome esta consciência no agir para ser eficiente e romper as cadeias da insegurança da sociedade brasileira.

Tomado como base estas considerações e reflexões, podem-se verificar que a população de Cachoeira expressa que tem noção de confiança política, sabe da necessidade de participação política para que haja inferência nas ações voltadas à comunidade, porém, com base no passado, a comunidade de Cachoeira, levando em conta a amostra estudada, está desacreditada, desestimulada com às políticas públicas locais.

#### 5.3.4 Indicador de valores – Iv

O indicador de valores de Cachoeira foi o mais trabalhoso para ser encontrado, pois a pesquisadora não poderia atribuir escores conforme os seus próprios valores. Portanto, a construção deste indicador foi feita pelos pesquisados, quando eles escolhiam as respostas mais adequadas aos seus valores, conforme metodologia. Com isso pode-se dizer que a análise deste indicador é mais subjetiva do que as dos outros indicadores, mesmo porque não poderia ser diferente, por se



tratar de valores, pois como dizem, gostos e preferências não se discutem, e valores está conceituado para alguns como uma preferência.

A TABELA 21 indica que o mais importante num aprendizado de vida, escolhido pela própria comunidade, é ser popular (31,6%), seguido de obedecer às autoridades e ser trabalhador, com um percentual de 27,0% cada um. Obedecer às autoridades é uma demonstração de subserviência. A menor importância num aprendizado de vida para a população de Cachoeira é pensar de forma independente (4,8%), este resultado faz-se pensar que Cachoeira é uma comunidade assistencialista.

TABELA 21 – FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O QUE É MAIS IMPORTANTE NUM APRENDIZADO DE VIDA

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Obedecer às autoridades	17	27,0
Ser popular	20	31,6
Pensar de forma independente	3	4,8
Ser trabalhador	17	27,0
Ganhar dinheiro	2	3,2
Ajudar os outros	3	4,8
Ter prestígio	1	1,6
TOTAL	63	100

FONTE: Dados da pesquisa

O padre ou pastor é a pessoa que tem mais prestígio para a comunidade de Cachoeira, segundo os entrevistados, com 69,9%. O prefeito tem 11,1% da preferência, seguido pelo médico 6,3%, delegado 3,2%, fazendeiro e juiz com ambos 1,6%. Vereador não tem prestígio para esta amostra (TABELA 22).

TABELA 22 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO QUEM TEM MAIS PRESTÍGIO PARA A COMUNIDADE

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Padre ou pastor	44	69,9
Juiz	1	1,6
Prefeito	7	11,1
Médico	4	6,3
Vereador	0	0,0
Fazendeiro	1	1,6
Delegado	2	3,2
Outros	4	6,3
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

A TABELA 23 demonstra que 60,3% dizem que há gente pobre no Brasil porque faltam terra e trabalho para a maioria dos brasileiros, logo depois, porque não há boas escolas para todos (28,6%) e 11,1% por causa do mau caráter e alcoolismo dos pobres e por falta dos esforços dos pobres; ou seja, 7 pessoas das 63 pessoas pesquisadas acreditam que a culpa da pobreza é do próprio pobre. Vale ressaltar que nenhum dos entrevistados acredita que a culpa de haver pobres no Brasil é porque se vive num regime onde os ricos exploram os pobres e/ou por causa da corrupção praticada pelos políticos. Quando os entrevistadores instigam sobre isso, compreende-se que eles não acompanham notícias que trazem alguns escândalos de corrupção pública.



TABELA 23 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O PORQUÊ DE HAVER GENTE POBRE NO BRASIL

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Porque não há boas escolas para todos	18	28,6
Porque falta terra e trabalho para a maioria	38	60,3
Por causa do mau caráter e alcoolismo dos pobres	5	7,9
Por falta de esforço dos pobres	2	3,2
Porque vivemos num regime onde os ricos exploram os pobres	0	0,0
Por causa da corrupção praticada pelos políticos	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

Para a comunidade de Cachoeira, ter boas condições financeiras é o valor mais importante (50,8%); em segundo lugar, com 20,6% é ter fé em Deus, seguido de ser bem casado(a) (17,5%). Ter filhos é o quarto item desta variável como valor importante para sua vida (9,5%) e ter objetos de valor, com 1,6%. Ser uma pessoa inteligente e ter um bom emprego não foram valores escolhidos pelos entrevistados, como se percebe na TABELA 24.

A comunidade de Cachoeira trata de fortalecer o mundo dos valores econômicos, dos valores que fundamentam e que garantem normas de conduta, mas com o intuito de eliminar a instabilidade financeira.

TABELA 24 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O GRAU DE IMPORTÂNCIA DE VALORES

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ter boas condições financeiras	32	50,8
Ser bem casado(a)	11	17,5
Ter filhos	6	9,5
Ter objetos de valor (carro, casa, roupa)	1	1,6
Ter fé em Deus	13	20,6
Ser uma pessoa inteligente	0	0,0
Ter um bom emprego	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

A maioria das pessoas entrevistadas julga-se feliz (57,1%), e 27,0% dizem ser muito felizes. Apenas 15,9%, ou seja, 10 dos entrevistados consideram-se nem felizes e nem infelizes. Ninguém se acha infeliz e muito menos muito infeliz (TABELA 25).

TABELA 25 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O GRAU DE FELICIDADE

Discriminação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Muito feliz	17	27,0
Feliz	36	57,1
Nem feliz e nem infeliz	10	15,9
Infeliz	0	0,0
Muito infeliz	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

O indicador de valores do Distrito de Cachoeira foi dos mais aceitáveis: **0,835**. Ou seja, está classificado como alto, porém, não se sabe se está correto ou não, pois se trata de valores, uma qualidade muito pessoal. O que pode ser de grande valor para uma pessoa, como fé em Deus, para outro, ter fé em Deus não tem a menor importância.



De modo geral, porém, valor é um conjunto de qualidades que têm mérito, utilidade, apreço e aceitação da sociedade e que podem existir tanto num indivíduo como numa comunidade, manifestadas de forma concreta, por meio de ações. Como exemplo, a solidariedade se manifesta na cooperação concreta. Assim sendo, um valor é sempre um bem, um bom hábito, uma boa atitude.

Valores também dependem do contexto no qual a pessoa se desenvolve, pois aquilo que é valor para uma comunidade pode não ser ou nem existir para outra. Cohen e Segre<sup>20</sup> (2004) citam como exemplos de valores culturais o fato de ser o dinheiro, para os americanos, o maior valor, que tem seu equivalente na cultura para os europeus, e na honra para os orientais. Exemplos de valores individuais são as escolhas profissionais, a opção pela autonomia ou pelo paternalismo.

#### 4.2.5 Índice de Capital Social

Encontrou-se o Índice de Capital Social do Distrito de Cachoeira por meio dos quatro indicadores já estudados, participação social (Ips), confiança individual (Ici), confiança política (Icp) e valores (Iv), ressaltando que uma das bases do capital social é a cooperação, que perpassa todos os indicadores, principalmente confiança individual e participação.

Em nenhuma referência de estudiosos no assunto encontrou-se que determinado indicador tem maior importância relativa do que outro para o fortalecimento da organização social. Com isso, usou-se a média simples dos quatro referidos indicadores.

O Índice de Capital Social encontrado foi **0,655**, índice que, segundo a classificação adotada, está inserido na categoria de médio.

---

<sup>20</sup> Artigo sobre valores, moral e ética de Cláudio Cohen e Marcos Segre, professores doutores do Departamento de Medicina Legal de São Paulo. Site: [http://www.suigeneris.pro.br/filo\\_eticidade.htm](http://www.suigeneris.pro.br/filo_eticidade.htm)

TABELA 26 – CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES PARA O ÍNDICE DE CAPITAL SOCIAL

ICS	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Participação social	0,436	16,7
Confiança individual	0,751	28,7
Confiança política	0,596	22,7
Valores	0,835	31,9
<b>TOTAL</b>	<b>2,618</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

O indicador de maior relevância é o de valores, com a contribuição de 31,9%, seguido de confiança individual, com 28,7%. Já o indicador de participação social teve a menor contribuição para o Índice de Capital Social, com apenas 16,7%, acompanhado da confiança política, com 22,7%, conforme indicado na TABELA 26.

Os indicadores confiança individual e valores são os que estão ligados a eles mesmos, ou seja, um é confiar nas pessoas que formam a comunidade e o outro é o que está dentro de cada um. Valores são ensinamentos passados de geração em geração. Portanto, os indicadores de maior relevância são aqueles que não precisam confiar além deles mesmo. Por outro lado, os indicadores que apontam para a política, como participação social e confiança política, tiveram uma contribuição mais baixa, principalmente participação, pois, segundo alguns depoimentos: “não acredito que possamos mudar algo participando ou até mesmo reivindicando, pois acredito que os gestores não nos atenderão”, porém, para os que crêem, estes têm conseguido projetos de impacto social.

Os indicadores com suas respectivas variáveis enriquecem o trabalho, avaliando o progresso do índice de capital social em suas muitas dimensões, como a medida de participação e sua interferência nas decisões da comunidade.

No Município de Maranguape há projetos de incentivo na construção de novos espaços de participação da sociedade, como Pacto pela Vida, que desenvolve ações sociais, buscando suas demandas prioritárias. Este projeto já tem cerca de 30 núcleos comunitários, capacitam as pessoas para que exerçam sua cidadania, sendo agente de transformação social aquele que vai incentivar os demais na busca pelo desenvolvimento, envolvendo os sujeitos que vivenciam a realidade local, e que buscam melhoria de qualidade de vida.



A estratégia utilizada na comunidade procura priorizar suas ações e avaliar as que foram ou estão sendo implantadas, com a participação, cooperação e confiança.

A autora percebe uma vontade, já com ações, de melhorar esses indicadores, principalmente o de participação quando a comunidade de Cachoeira cria o núcleo Rede Viva, que atende a 55 famílias e 83 crianças, das quais 17 têm algum tipo de necessidade especial. A fábrica de redes local está sendo reativada, como também está sendo criado o grupo de Alcoólicos Anônimos. A comunidade se envolve no preparo de uma sopa que é distribuída entre as famílias mais carentes. Nesse núcleo, cerca de 80% das crianças atendidas ganharam peso<sup>21</sup>. Ainda há, contudo, muito que crescer como organização social forte, para que possa alavancar o progresso em Cachoeira.

#### 4.3 Análise de condição de humana

A finalidade de analisar o índice de condição humana das famílias pesquisadas é conhecer fatores determinantes, objetivos e subjetivos que interferem na condição de vida da comunidade de Cachoeira. Este índice é medido para que se possa estabelecer uma relação com o índice de capital social, pois se pensa que um dos pressupostos para que haja capital social fortalecido em uma comunidade é que esta tenha um índice aceitável de condição humana. Portanto, por meio dos indicadores do ICS, pode-se fazer uma correlação com os indicadores do ICH, que é objeto de estudo do item 4.4.

A condição humana estudada foi analisada no que diz respeito aos aspectos relacionados com renda *per capita*, educação e longevidade. A partir desses indicadores e suas respectivas variáveis, foi calculado o índice de condição humana – ICH, relacionado com o desenvolvimento humano.

---

<sup>21</sup> Estas informações estão contidas no site <http://www.maranguape.ce.gov.br/prefeitura/pacto.html>

#### .4.3.1 - Indicador de renda - *lr*

O indicador de renda da comunidade de Cachoeira, como já era esperado, conforme a caracterização do aspecto econômico estudado em item anterior, é muito baixo, **0,120**. O indicador foi encontrado somando-se todas as rendas da família, dividido a soma pelo número de membros da família, achando assim a renda *per capita*. Os escores variam de 1 a 6.

Observa-se a baixa satisfação, demonstrada na TABELA 27, onde 51 famílias têm baixa satisfação (80,9%) com a sua renda e apenas 3 famílias estão satisfeitas, com um percentual de 4,8%, e 9 famílias (14,3%) tem média satisfação.

TABELA 27 – FREQUÊNCIA RELATIVA E ABSOLUTA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DA RENDA

Nível de satisfação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Alta satisfação	3	4,8
Média satisfação	9	14,3
Baixa satisfação	51	80,9
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

A TABELA 28 compara o indicador de renda do Distrito de Cachoeira encontrado nessa pesquisa com o indicador de renda do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Município Maranguape, do Estado do Ceará e com o Brasil, ano 2000. Nota-se um quadro dramático na comunidade pesquisada, pois o indicador de renda é **0,120**, enquanto o de Maranguape é 0,550, quase 5 vezes mais do que o de Cachoeira. Quando se analisa a renda *per capita* com o Estado do Ceará, estes estão ganhando 5 vezes mais do que Cachoeira e 6 vezes menos do que a renda *per capita* do Brasil, ou seja, 0,120 significa apenas 19,5% e 16,7%, do indicador de renda do Ceará (0,616) e do Brasil (0,720).



TABELA 28 – COMPARATIVO DE INDICADORES DE RENDA

Localidades	Indicadores de Renda
Cachoeira(*)	0,120
Maranguape(**)	0,550
Ceará(**)	0,616
Brasil(**)	0,720

Fonte: \* Dados da pesquisa (2004)

\*\*<http://federativo.bndes.gov.br> (2004)

A renda é um dos indicadores de pobreza e, conseqüentemente, de exclusão social. Segundo o relatório Human Development Report (HDR) de 1997, pobreza é não ter oportunidade de escolha, tolhendo a liberdade do indivíduo, em todos os aspectos, de ter uma vida digna, de ser um cidadão com seus direitos e deveres.

Pobreza não se caracteriza apenas pela falta de renda, pois esta leva a outros tipos de pobreza. Max Neef (1996) fala das necessidades humanas, que se pode traduzir para as diversas pobrezas<sup>22</sup>: pobreza de afeto, de criatividade, de entendimento, de identidade, de liberdade, de lazer, de participação, de proteção e de subsistência, portanto: “pobreza é determinada e definida pela forma como se dão às relações entre os grupos sociais é no poder que determinado grupo tem de apodera-se dos ativos gerados pelas atividades econômicas” (LEMOS, 2002, p.25).

Pode-se dizer que não se produz riqueza em uma comunidade pobre de aconchego social, pobre em estima tanto reconhecida por si própria como pela necessidade de aceitação do seu grupo.

Em contrapartida, os economistas convencionais afirmam que as necessidades são infinitas e ilimitadas. Isto ocorre porque o ser humano, pela sua própria natureza, nunca está satisfeito com o que possui, os seus desejos são ilimitados. Por outro lado, os recursos produtivos para atendê-los são finitos e limitados.

<sup>22</sup>Max Neef caracteriza as necessidades humanas em 9, e são finitas, sendo as mesmas em todos os períodos e em todas as culturas. Para ele, o que muda são os meios usados para satisfazê-las.

A renda é a contrapartida financeira dos fatores produtivos. As famílias põem à disposição das empresas fatores como terra, trabalho e o capital e em troca recebem renda.

Uma sociedade carente de renda é uma sociedade pobre, ou seja, as necessidades básicas não são supridas em sua totalidade e com isso, esta sociedade tem dificuldades com alimentação, moradia, saúde, educação, agricultura, e organização social, que são causas de problemas socioeconômicos políticos.

#### 4.3.2 Indicador de educação – *le*

As variáveis empregadas para aferir o nível educacional das famílias pesquisadas da comunidade de Cachoeira foram: o *ensino formal* ministrado em escolas dos chefes de família e dos(as) parceiros(as). Os escores variam de 1 a 6, sendo 1 o menor grau de instrução (não alfabetizado) e 6 o maior (nível superior incompleto ou completo), bem como o *número médio de anos de estudo*, alternando o escore de 1 a 5 e ainda *taxa de alfabetização de adultos*, que é a divisão de todas as pessoas maiores de 15 anos que saibam ler e escrever, por todas as pessoas maiores de 15 anos da amostra estudada não alfabetizadas.

Se retirar a variável taxa de alfabetização de adultos, o indicador de educação cai em grande escala, portanto esta variável define este indicador na pesquisa.

O indicador de educação sem a variável taxa de alfabetização é 0,217, um indicador baixo levando em conta que o IDH considera como desenvolvimento humano baixo valores de 0 a 0,499, porém, ao se acrescentar a variável taxa de alfabetização de adultos, o referido indicado eleva-se para **0,664**, passando de baixa para média condição educacional.

O capital humano é de extrema relevância para o capital social. Quanto maior o capital humano, maior a facilidade de organização da comunidade e de entendimento da importância da cooperação e participação, para assim, diminuir as desigualdades socioeconômicas. Este deve estar sintonizado com as instituições públicas, pois estas são um dos principais eixos de desenvolvimento. O capital social aqui entendido é também a educação, que tem um processo dialógico, criativo, participativo, crítico, holístico e formativo, e também serve de elo entre a



comunidade e o global Argumenta-se, nesse sentido, que, quanto maior o nível de capacitação da comunidade, maiores são as possibilidades de sua inserção competitiva local e global, e, ainda, maior é sua capacidade de se defender das ameaças e aproveitar as oportunidades.

TABELA 29 – FREQUÊNCIA RELATIVA E ABSOLUTA DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO O NÍVEL SATISFAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Nível de satisfação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Alta satisfação	9	14,3
Média satisfação	23	36,5
Baixa satisfação	31	49,2
TOTAL	63	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

A TABELA 29 mostra o nível de satisfação das famílias pesquisadas do Distrito de Cachoeira, onde a maioria tem baixa satisfação (49,2%), isto porque em Cachoeira só há oferta de até o 1º grau menor e ainda anos seriados, ou seja, estudam na mesma série tanto os alunos de 1ª série como os alunos de 2ª série. Com isso os pais não estão satisfeitos, apesar de terem elogiado a dedicação das professoras de Cachoeira. Ainda tem o programa de alfabetização de jovens e adultos – EJA, que contempla até a 8ª série. Apenas 14,3%, ou seja, 9 famílias, estão satisfeitas com o nível de instrução. Dentre estas, observa-se que, em 5 famílias havia pessoas que estavam completando o nível superior, e nenhuma pessoa analfabeta. Nas outras 4 famílias havia pessoas não alfabetizadas, que, quando foram perguntadas se estavam satisfeitas com o nível de instrução, disseram que sim, que agora não poderiam fazer mais nada, e quando foram perguntadas se gostariam de saber ler e escrever, responderam que achavam impossível, “pois a minha cabeça não dá mais para isso”. Aqui alguns depoimentos:

“Sra, se eu fosse mais nova até que iria tentar aprender a ler e escrever, mas agora eu não quero nada que perturbe o meu juízo”.

“Eu não quero estudar, já tou velha demais para isso, dona”.

“Estudar, eu, nem pensar, não perdi nada, me casei, tive filhos, igual a qualquer pessoa que sabe ler e escrever, quando eu preciso, pergunto a um filho ou a um neto”.

Geralmente são pessoas de mais 50 anos que não têm mais entusiasmo para estudar.

Quando se fez essa pergunta para pessoas de 20 a 49 anos que ainda não são alfabetizadas, prontamente respondem, “quando vier um programa de alfabetização vou estudar para saber ler e escrever”, pois este é o desejo destas pessoas. Ainda disse uma das entrevistadas, “a felicidade será indescritível quando eu souber ler e escrever uma carta”.

#### 4.3.3 -Indicador de longevidade – //

O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade local, uma vez que, quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

Para medir a longevidade das famílias do Distrito de Cachoeira, utilizou-se a esperança de vida ao nascer. Assim descobriu-se que o número médio de anos que as pessoas vivem na comunidade de Cachoeira é **64,5 anos**. O número de óbitos ocorridos entre os familiares foi 56, levando em consideração a amostra de 63 famílias.

O indicador de longevidade de Cachoeira, que é **0,796**, é classificado como médio.

A TABELA 30 retrata o número de óbitos ocorrido na comunidade de Cachoeira nestes 10 anos. Observa-se que apenas 2 pessoas faleceram no intervalo de idade de 0 a 20 anos, sendo 2 crianças de 1 ano de idade. O motivo da causa morte de uma das crianças foi meningite e da outra desconhecida.

Das 56 pessoas falecidas 34 (60,7%) tiveram óbitos depois de 60 anos e 14 (25%) tiveram óbitos no intervalo de 40 a 60 anos. Observou-se que 9 pessoas desta faixa morreram de câncer.



**TABELA 30 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DE ÓBITOS SEGUNDO AS IDADES**

Idades dos óbitos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
0 a 20	2	3,6
21 a 40	6	10,7
41 a 60	14	25,0
61 a 80	18	32,1
80 a 100	16	28,6
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

Quanto ao motivo que levou estas pessoas a falecerem foi bastante diversificado, conforme TABELA 31. As maiores frequências estão na morte natural, ou melhor, velhice, como eles mesmos definem, com 13 pessoas das famílias dos pesquisados (23,2%), seguida de derrame e câncer, com 21,4% e 19,6%, respectivamente. O somatório destas três causas de morte é mais da metade da amostra de óbitos dos familiares de Cachoeira, 36 pessoas, o equivalente a 64,2%.

**TABELA 31 - FREQUÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS MOTIVOS DE ÓBITOS DOS FAMILIARES DOS ENTREVISTADOS**

Motivos que levou ao óbito	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Câncer	11	19,6
Derrame	12	21,4
Coração	8	14,3
Acidente	4	7,1
Assassinato	1	1,8
Morte natural	13	23,2
Meningite	1	1,8
Doença de pele	1	1,8
Cirrose	2	3,6
Depressão	1	1,8
Asma	1	1,8
Não sabe	1	1,8
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Dados da pesquisa

Verificou-se ainda a ocorrência precoce de 4 mortes acidentais, 3 por atropelamento, 1 por queda e 1 de assassinato, todos no intervalo de idade de 20 a 40 anos. As duas pessoas mais velhas falecidas dos familiares estudados tinham 96 anos.

Ainda observou-se que 35 das pessoas falecidas são homens (62,5%) diante de 21 mulheres (37,5%). Este resultado decorre dos óbitos de pessoas mais jovens do sexo masculino. Dos 4 falecidos por acidentes, 3 eram homens de 20 a 40 anos e era um jovem de 25 anos a pessoa assassinada. As duas crianças que morreram com 1 ano de idade eram do sexo masculino. Ainda, a maioria das mortes por derrame e coração foi de homens, bem como os que morreram de cirrose. O maior número de mortes entre as mulheres foi ocasionado pelo câncer.

TABELA 32 – COMPARATIVO DE INDICADORES DE LONGEVIDADE

Localidades	Indicadores de Longevidade
Cachoeira(*)	0,796
Maranguape(**)	0,736
Ceará(**)	0,709
Brasil(**)	0,710

Fonte: \* Dados da pesquisa (2004)

\*\*<http://federativo.bndes.gov.br> (2004)

Comparando o indicador de longevidade de Cachoeira com Maranguape, Ceará e Brasil, demonstra-se que Cachoeira tem o maior indicador (0,796). O Município de Maranguape é o segundo maior nesta comparação (0,736), seguindo o Brasil (0,710) e Ceará (0,709), com quase a mesma taxa (TABELA 32). Todos os indicadores de longevidade comparados estão classificados segundo o IDH, como médio desenvolvimento humano. Cachoeira tem, neste indicador, média condição humana, faltando apenas 0,004 ponto para se consagrar em alta condição humana.



#### 4.3.4 Índice de Condição Humana

A partir dos Indicadores de renda (Ir), educação (Ie) e longevidade (Il), calculou-se o ICH pela da média simples dos três referidos indicadores, aos quais foram atribuídos pesos iguais, de acordo com a metodologia adotada na pesquisa.

O ICH atingiu o índice **0,527**, situando na média condição humana. A classificação adotada é a mesma que a ONU adotou para IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

TABELA 33 - CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES PARA O ÍNDICE DE CONDIÇÃO HUMANA

ICH	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Renda	0,120	7,6
Educação	0,664	42,0
Longevidade	0,796	50,4
TOTAL	1,580	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

A contribuição de cada indicador para o Índice de Condição Humana - ICH pode ser examinada por meio da TABELA 33, onde está claro que o indicador renda quase nada contribui para o ICH, com apenas 7,6%. O indicador de longevidade é o que mais contribuiu, com 50,4% do percentual, portanto, vale destacar que esse resultado foi influenciado pelo indicador de longevidade que superou inclusive o Município de Maranguape, Estado do Ceará e Brasil. Não se pode deixar de reconhecer também a grande contribuição do indicador de educação, responsável por 42,0%. Os indicadores de educação e de longevidade (92,4%), pode-se dizer, são os responsáveis pelo Índice de Condição Humana (**0,527**). O indicador de renda baixou o ICH, de forma tal que por pouco, com apenas 0,028 a menos, este não passaria para a categoria de baixa condição humana.

Ainda fazendo uma análise comparativa do IDH de Maranguape, Ceará e Brasil, que vêm sendo citados como referência nessa discussão, avaliação e análise com o Índice de Condição Humana - ICH do Distrito de Cachoeira, a FIGURA 12<sup>23</sup> vem apontar algumas indicações e reflexões.

<sup>23</sup> Observa-se limitações nesta comparação uma vez que as variáveis que compõe o indicador de educação do IDH é diferente dos ICS.

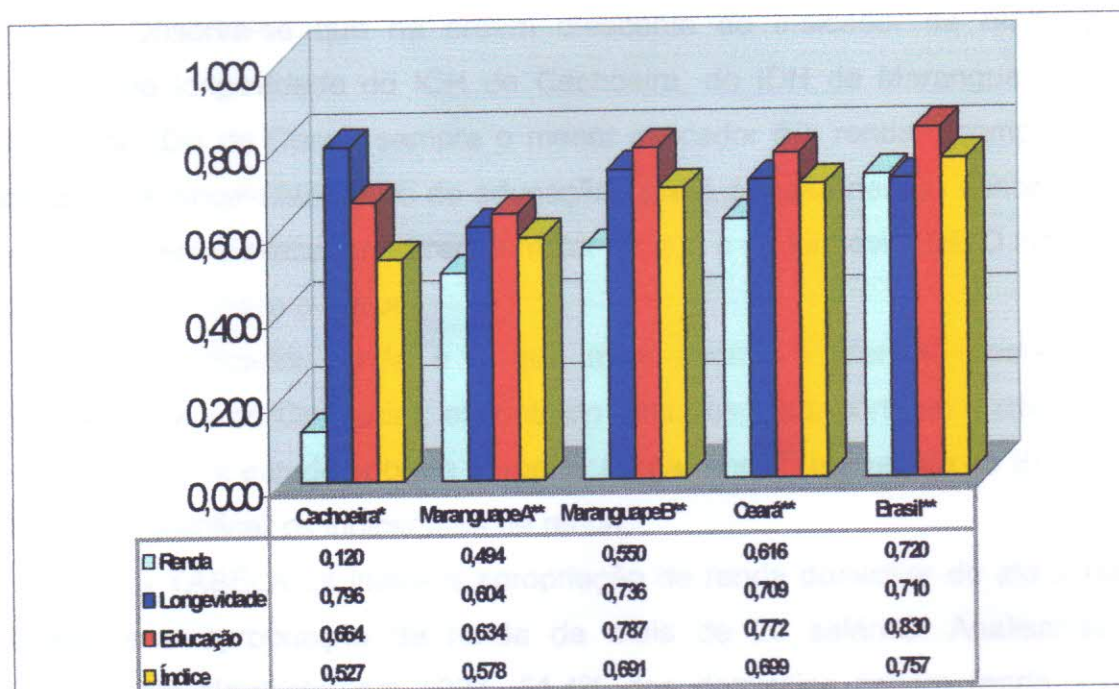


FIGURA 12 – COMPARATIVO DOS ÍNDICES

Fonte: \* Dados da pesquisa (ICH)  
 \*\*<http://federativo.bndes.gov.br> (IDH)  
 A) pesquisa realizada em 1991  
 B) pesquisa realizada em 2000

O Distrito de Cachoeira é que tem o menor índice (0,527)<sup>24</sup>, em seguida o Município de Maranguape (0,691), Estado do Ceará (0,699) e o Brasil, (0,757) com o maior IDH.

Outra importante percepção é de que o Município de Maranguape aumentou o índice entre 1991 e 2000, passando de 0,578 para 0,691, com um incremento de 0,113. Em todos os indicadores, observa-se este aumento, porém o que mais cresceu foi o indicador de educação (0,153), depois o indicador de longevidade, com o acréscimo de 0,132, e o indicador com o menor desenvolvimento é o de renda (0,056). Talvez este dado possa justificar o indicador de renda de Cachoeira que foi extremamente baixo. O crescimento deste indicador em Maranguape também é o mais baixo, guardando as devidas proporções.

O Estado do Brasil que mais subiu no *ranking* foi o Ceará, passando de 23º em 1991 para 19º em 2000 e o Município de Maranguape é o 13º no *ranking* dos 184 municípios do Ceará.

<sup>24</sup> Lembrando que o índice do Distrito de Cachoeira é o Índice de Condição Humana - ICH encontrado na pesquisa e os demais são Índices de Desenvolvimento Humano - IDH, demonstrado no site <http://federativo.bndes.gov.br>, mas que é de extrema importância para análise comparativa.



Observa-se que na ordem crescente do indicador de renda para o indicador de longevidade do ICH de Cachoeira, do IDH de Maranguape (1991 e 2000) e do IDH do Ceará, sempre o menor indicador é a renda, acompanhada do indicador de longevidade e do de educação, que é o maior nesses casos. O Brasil, no entanto, tem o indicador de renda maior do que o de longevidade. O indicador de educação permanece o maior.

O indicador renda é o que mais chama a atenção neste subitem, principalmente o de Cachoeira, encontrado pela pesquisa, portanto é relevante que se faça um breve estudo sobre a apropriação da renda<sup>25</sup> por região do Brasil, numa tentativa de justificar os indicadores de renda.

A TABELA 34 indica a apropriação de renda domiciliar de até 2 salários mínimos e a apropriação de renda de mais de 20 salários. Analisar-se-á os extremos. No Nordeste, em 1993, 54,4% dos domicílios tinham renda que não chegava a 2 salários mínimos e que se apropriam de apenas 16,9% da renda bruta da Região e no extremo havia 2,4 domicílios com renda superior a 20 salários, mas que levam 26,5% do PIB do Nordeste. Em 1999, esse percentual diminuiu em relação aos domicílios que percebem até 2 salários mínimos (46,9%), apropriando-se em 13,1% do PIB regional e 3,3% dos domicílios que ganham mais de 20 salários se apropriavam de 28,3%. Apesar de ter diminuído o percentual de lares que ganham até 2 salários, aumentou o de lares que ganham mais de 20 salários, ou seja, aumentou a distância entre o pobre e o rico na região Nordeste.

Em todas as regiões, diminuiu o percentual de domicílios que percebem até 2 salários mínimos, porém aumentou o percentual de domicílios que ganham mais de 20 salários mínimos, também aumentando o percentual de apropriação da renda total das regiões, o que faz vivenciar a desigualdade social.

O Nordeste, de todas as regiões, é a que tem maior percentual de concentração de renda.

<sup>25</sup> O estudo referido é baseado no trabalho de LEMOS (2002), intitulado por *Exclusão Social no Brasil: Radiografia dos anos noventa*, o referido estudo se reporta a apropriação de renda nos anos 1993 a 1999.

TABELA 34. PERCENTUAL DE RENDA APROPRIADA POR DOMÍLIO<sup>26</sup>

Domicílios com renda até 2 salários mínimos (%)			Domicílios com renda superior a 20 salários mínimos (%)		
Região	ANO		Região	ANO	
	1993	1999		1993	1999
Norte	33,1	27,1	Norte	4,7	6,5
Nordeste	54,4	46,9	Nordeste	2,4	3,3
Sudeste	24,4	21,2	Sudeste	5,9	7,5
Sul	24,3	21,2	Sul	5,0	6,7
C Oeste	30,5	24,6	C Oeste	5,8	8,4
<b>BRASIL</b>	<b>33,1</b>	<b>27,1</b>	<b>BRASIL</b>	<b>4,7</b>	<b>6,5</b>

FONTES: (LEMOS, 2002, p. 26)

#### 4.4 Análise da correlação do ICS e ICH

Para Amartya Sen (2000), o desenvolvimento é o processo de ampliação da capacidade de realizar atividades livremente escolhidas e valorizadas, o que não é consequência automática do crescimento econômico. Para James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial (1996), sem desenvolvimento social, jamais haverá desenvolvimento econômico satisfatório, condição indispensável para que haja o desenvolvimento sustentável.

Desatrelar desenvolvimento econômico de desenvolvimento social é ter a visão simplista e mecânica, postulando a idéia de que "o todo é diferente da soma das partes".

Fatores adversos à formação de capital social são a desigualdade na distribuição da renda e de oportunidades, o desemprego, desarticulando a rede de relações sociais, e tolhendo de construir estas redes, exigindo um grande esforço nesta tentativa. As maiores vítimas são os pobres e fracos.

O valor de correlação simples (**0,821**) evidencia uma relação significativa entre o ICS e ICH, portanto, pode-se afirmar que quanto maior o ICS, maior o ICH, ou seja, quanto maior a organização social comunitária, levando em conta a

<sup>26</sup> Maiores detalhamentos sobre a tabela 33 e sobre o percentual de concentração de renda, ver LEMOS (2002) *Exclusão Social no Brasil: Radiografia dos anos noventa* – Relatório de pesquisa – UFC.



participação, confiança mútua e valores maiores são renda, o nível de educação e a esperança de vida.

Tanto o Índice de Capital Social – ICS (0,655), como o Índice de Condição Humana (0,527) foram classificados como médios, porém o ICS está mais elevado, com um incremento de 0,128 a mais do que o ICH. Fazendo uma análise dos valores destes índices e a correlação encontrada (0,821), pode-se dizer que nem todos os indicadores do ICS têm relação direta e positiva com os indicadores do ICH.

Nota-se que existe, porém, uma correlação forte entre alguns indicadores. Como o sinal da correlação é positivo, percebe-se que a relação entre os dois é direta, ou seja, se um cresce, o outro cresce; se um decresce, o outro também decresce. O resultado do coeficiente de correlação (0,821) leva à confirmação dos resultados esperados no presente estudo tendo-se suscitado de que os dois índices possuíam uma relação direta.

Portanto, o fortalecimento da organização social elevará os padrões de vida da comunidade de Cachoeira, levando ao desenvolvimento sustentável.

## 5 - CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Na análise, foram encontrados o Índice de Capital Social (**0,655**) e o Índice de Condição Humana (**0,527**), que, juntamente com a percepção *in loco*, diz que o capital social ainda está despertando, e precisa de interferência de agentes externos. O indicador renda foi o mais baixo, assim conclui-se que, se há capital social em Cachoeira, este não está interferindo no desenvolvimento econômico das famílias entrevistadas.

Os indicadores participação social (0,436) e confiança política (0,596) deslocaram o ICS para baixo, no entanto, os indicadores valores da comunidade (0,835) e confiança individual (0,751) elevaram o ICS a um patamar aceitável.

A confiança política da comunidade é média, porém, deve-se esta classificação à confiança na liderança comunitária, Igreja e Associação. Portanto, pode-se dizer que há uma embrionária consciência política, ou seja, ainda faltam ações direcionadas para a construção de sujeitos sociais políticos, partidários ou não, comprometidos com o coletivo, com o bem-estar da comunidade, com a cidadania. Este resultado tem reflexo direto na participação social, que, dentre todos os indicadores do ICS, foi o mais baixo. A participação social é fundamental na identificação e atendimento das demandas socioeconômicas do local.

Os indicadores confiança individual e valores são indicadores endógenos, que independem de fatores externos. Existem vínculos sentimentais definidos que os ligam. Portanto, conclui-se que os indicadores de maior relevância do ICS, na amostra estudada, são aqueles que não precisam confiar além deles mesmos.

A comunidade de Cachoeira é coesa em seus sentimentos, gosta de viver lá, ou seja, tem sentimento de pertencimento, são famílias com bons valores, que na sua maioria confiam no próximo, são religiosas, o que garante uma convivência harmônica. Para a ascensão ao desenvolvimento, porém, não bastam estes bons sentimentos, mas precisam fortalecer o espírito coletivo e de justiça social, elevar sua estima e calcificar a idéia de organização social. Precisam entender que somente por meio desta, os pequenos podem se valer de seus direitos.

Quanto aos indicadores que compõem o ICH, renda *per capita* (0,120), educação (0,664) e longevidade (0,796), a renda *per capita* desta amostra foi extremamente baixa, o que leva a crer que pode ter havido um viés, talvez pelo receio dos entrevistados de perderem algum benefício, caso informassem a renda real, porém foi bem explicado aos entrevistados o motivo da entrevista.



O indicador de educação foi classificado como médio. A maioria das pessoas não alfabetizadas é de idoso; dificilmente encontra-se um jovem analfabeto. O maior indicador do ICH foi o de longevidade, pois houve apenas 56 pessoas falecidas das 63 famílias entrevistadas num período de 10 anos, e somente duas crianças falecidas de um ano de idade num mesmo período.

A correlação entre ICS e ICH (0,821) encontrada nesse trabalho prova que, quando há capital social fortalecido, há condições humanas dignas, este é um fato; mas descobre-se com esta pesquisa que pode haver um índice aceitável de capital social mas que não se relaciona com a renda, é apenas a boa convivência, ou melhor, uma convivência solidária, de cooperação mútua, de respeito, mas que falta a visão de utilizar estes indicadores para se desenvolverem economicamente.

Deixa-se como sugestão: 1) a prática da economia solidária, uma ação importante no resgate do capital social, não para produzir somente para o consumo interno, mas para gerar excedente como fonte de renda coletiva; 2) pensar na população mais jovem na construção e/ou reconstrução do capital social, pois esta é mais capacitada, mais informada e mais alerta e pode ser o baluarte das relações sociais; assim, deve-se planejar ações prioritárias, buscar parcerias voltadas para o desenvolvimento sustentável local. Para tanto, se deve ensejar acesso ao crédito rural, com o intuito de fixar estes jovens no campo; 3) aproveitar o capital social existente na comunidade, aperfeiçoando-o mediante, agentes transformadores externos, criando e desenvolvendo metodologias participativas e educativas que venham fortalecer as relações sociais, que precisam ser melhoradas; 4) aproveitar o capital social da comunidade para descobrir vocações econômicas, para assim, edificar uma comunidade nem mínima nem máxima, mas adequada às potencialidades e realidades locais.

Portanto, sugere-se que estudos posteriores venham contemplar outros indicadores e variáveis que possam influenciar no acúmulo de capital social da referida população.

É preciso fortalecer o debate de idéias sobre o futuro e a identidade da comunidade.

É preciso recuperar a referência de vida, olhando seus antepassados.

É preciso cimentar uma ponte de amor, para a construção de um futuro desejado e que pavimente o presente.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável**. São Luís, 1998, mimeo – Texto para discussão.

\_\_\_\_\_. **Capital social e desenvolvimento local: Alguns Apontamentos Teóricos**. 1998, mimeo – Texto para discussão.

\_\_\_\_\_. **Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. 2000, mimeo – Texto para discussão.

ABU-EL-HAJ, J. **O debate em torno do capital social: uma revisão crítica**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1. sem. 1999.

ALGAGLI, S e MARCIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**. disponível em: [www.ie.ufrj.br/redesit](http://www.ie.ufrj.br/redesit), 2002, (acesso em 10/novembro/2003).

BANCO MUNDIAL. Disponível em <http://www.obancomundial.org>. Acesso de nov 2004 a fev 2005.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Disponível em <http://federativo.bndes.gov.br>. Acesso de nov 2004 a fev 2005.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, fev. 1999. Texto para discussão nº 630.

CAPRA, Fritjot. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo. Cultrix, 1996. 256 p.

COHEN, Cláudio & SEGRE, Marcos, artigo sobre valores. Disponível em [http://www.suigeneris.pro.br/filo\\_eticidade.htm](http://www.suigeneris.pro.br/filo_eticidade.htm)

COLEMAN, J. **The foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

D'ARAÚJO. Maria Celina. **Capital social**. Rio de Janeiro. Passo a passo 25.2003, 67p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa básica**. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1988.

FONSECA, J.S de e MARTINS, G. de A. **Curso de estatística**. São Paulo, Atlas, 1996.

FRANCO, Augusto de. **Capital social**. Brasília, Millenium, 2001.

\_\_\_\_\_. **Carta capital social 82**. Brasília, 2005, mimeo – Texto para discussão.



FUKUYAMA, F. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradiva, 1996. 412 p.

GROOTAERT, Christiaan, et al. **Questionário Integrado para medir Capital Social (QI-MS)**. Banco Mundial. Grupo temático sobre capital social, 2003.

HOLANDA, Francisco Uribam X. de. **O capital social na agricultura familiar ações cívicas tecendo o desenvolvimento: O caso do Assentamento**. Brasil. Fortaleza, Ceará, 2004, 258. Universidade Federal do Ceará, (Tese de doutorado em sociologia).

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization**: 1997. Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies. Princeton. Princeton University Press.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2000. Brasília. Disponível em <http://ibge.gov.br>. Acesso de abril 2004 a março 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso de nov 2004 a fev 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/ CE - IPLANCE -CE. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso de nov 2004 a fev 2005.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Recife: SEPLAN. 1998, 316 p.

\_\_\_\_\_ **Desenvolvimento: As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentabilidade**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). São Luís - Ma, 2001.

KHAN, A. S. e SILVA, L.M.R. **Avaliação do projeto São José no Estado do Ceará: Estudo de caso (Relatório Técnico)**, 2002.

KLIKSBERG, B. **O desafio da exclusão para uma gestão social eficiente**. Edições Fundap, São Paulo, 1996, 192p.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Exclusão social no Brasil: radiografia dos anos noventa**. Brasil. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2002, 131p.

LOPES, Denise Mercedes Nuñez Nascimento. **Para pensar a confiança e cultura política na América Latina**. Opinião.Pública, May 2004, vol.10, no.1, p.162-187. ISSN 0104-6276.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**, 2ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1985.301p.

MASLOW, Abraham.H. **Maslow no gerenciamento**. Qualitmark, São Paulo, 2000., 392p.

MATOS, Aécio Gomes. **Organização Social de Base**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD. Editora Abaré, 2003, 104p.



MAYORGA, F. D. O. **Capital social, capital físico e a vulnerabilidade do homem do campo: um estudo de caso no município de Tauá, Brasil.** Fortaleza, 2002, 114p. Universidade Federal do Ceará/DEA, (Dissertação de Mestrado).

MAX NEEF, M. **"Economic Growth and quality of life: a threshold hypothesis"** – En *Ecological Economics*. Volume 15. 1995.

MONTE, Francisca Silvânia Souza. **Efeitos da Implantação do complexo industrial e portuário do Pecém-CE na qualidade das famílias rurais da região: O caso do re-assentamento do Cambeba.** Fortaleza, 1999, 144p. UFC/CCA/DEA, (Dissertação de Mestrado).

MÜLLER, G. **Economia & ecologia e agricultura sustentável.** Palestra no curso de desenvolvimento pessoal, para jovens agricultores de São Paulo, com o incentivo da FETAESP e da OCESP, e sob a coordenação da Associação Pró-Colaboração Internacional de Agricultores do Brasil – Brasil Kokusai Noyukai. 1998.

PEREIRA, José Kleber C. **Análise Socioeconômica em assentamento de Reforma Agrária no Ceará.** Brasil. Fortaleza. 2000, 137p. Universidade Federal do Ceará/DEA, (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE. Disponível em <http://www.maranguape.ce.gov.br>. Acesso em fev de 2004 a março de 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2004.** Disponível em: [http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade). Acesso de out 2004 a fev 2005.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro, FGV, 1996.

RATTNER, Henrique. **Prioridade: construir o capital social,** São Paulo. 2002, mimeo – Texto para discussão.

SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **Qualidade de vida e perspectivas dos irrigantes do Projeto Jaguaribe –Apodi-Ceará.** Brasil. Fortaleza, 1998, 139p. Universidade Federal do Ceará/DEA, (Dissertação de Mestrado).

SEN, Amarty. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 409p.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, 127p.

SOUSA FILHO, Jorge Renato. **Desenvolvimento regional endógeno, Capital Social e Cooperação,** mestrando: UFRGS, 2000, mimeo – Texto para discussão.

STORPER, Michael. **Desenvolvimento Territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento.** Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1994.

TRAINER, Ted. **Desenvolvido para a morte: Repensando o desenvolvimento do terceiro mundo.** Brasília. Editora Gaia – SP, 1991.